

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Joselia Aparecida Pires Vicente**

**MÃES-PROFESSORAS DO INSTITUTO FEDERAL DE TRÊS LAGOAS, MS: (RE)  
EXISTÊNCIAS EM MEIOS ACADÊMICOS PREPONDERANTEMENTE MASCULINOS**

**Paranaíba/MS  
2021**

**Joselia Aparecida Pires Vicente**

**MÃES-PROFESSORAS DO INSTITUTO FEDERAL DE TRÊS LAGOAS, MS: (RE)  
EXISTÊNCIAS EM MEIOS ACADÊMICOS PREPONDERANTEMENTE MASCULINOS**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.**

**Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Educação**

**Prof. Dra. Tânia Regina Zimmermann**

**Paranaíba/MS  
2021**

V681m Vicente, Joselia Aparecida Pires

Mães – professoras do Instituto Federal de Três Lagoas, MS  
: (re)existências em meios acadêmicos preponderantemente  
masculinos / Joselia Aparecida Pires Vicente.– Paranaíba, MS:  
UEMS, 2021.

156 f.

Dissertação (Mestrado) – Educação – Universidade  
Estadual de Mato Grosso do Sul, 2021.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Tânia Regina Zimmermann.

1. Economia feminista 2. Ciência e educação 3.  
Maternidade I. Zimmermann, Tânia Regina II. Título

CDD 23. ed. - 371.11

**JOSELIA APARECIDA PIRES VICENTE**

**MÃES-PROFESSORAS DO INSTITUTO FEDERAL DE TRÊS LAGOAS, MS:  
(RE) EXISTÊNCIAS EM MEIOS ACADÊMICOS PREPONDERANTEMENTE  
MASCULINOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovado em 20 de outubro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Tânia Regina Zimmermann  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Profa. Dra. Elen Cristiane Schneider  
Universidade Federal da Integração Latino Americana – (UNILA)

\*Participação por videoconferência

*Dedico meu trabalho a cada mãe, que como eu, escreve,  
pesquisa, faz ciência com o filho nos braços. Que entre  
um choro e outro, entre uma mamada e outra, tem  
resistido.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiríssimo lugar a todas as mulheres admiráveis que conheci através dos livros, desde menina, até aquelas que tive a honra de ler enquanto tecia esse trabalho, por suas histórias de vida que me inspiraram e inspiram, e sobretudo me fortalecem para seguir e resistir. Agradeço às mulheres mães que me permitiram conhecer suas histórias, que compartilharam comigo um recorte de seus árduos cotidianos.

Agradeço a minha mãe, que me deu a vida, que me abrigou em seu corpo, me gestou e me cuidou, e a o meu pai que nunca me permitiu esquecer a importância de estudar e se posicionar.

Agradeço à minha querida, estimada, admirada, orientadora, Dra Tânia Regina Zimmermann, que a foto tão simpática do facebook fez com que eu me inscrevesse na disciplina que ministraria, que com plenitude, ética e nobreza me acolheu, tranquilizou e me proporcionou tanto aprendizado, tantas transformações, tantos novos horizontes. Jamais, em tempo algum, conseguirei expressar toda a minha gratidão e admiração. Sou uma nova mulher desde que a encontrei.

Agradeço à UEMS, à cidade de Paranaíba, ao curso de pós-graduação em Educação, em especial a PIBAP/UEMS, que proporcionou a mim o auxílio financeiro importantíssimo para que minha pesquisa prosseguisse em tempos tão difíceis de pandemia.

Agradeço ao meu companheiro, Paulo, que sempre, todos os dias, sem exceção, repetia “você vai conseguir, vai dar tudo certo, estou aqui para te ajudar”. Agradeço por nossas discussões, pelos pontos de vista compartilhados, pelo olhar amoroso, por pedir aquela comida que me aquecia a alma nos dias difíceis, por emprestar o ombro para eu chorar e chorar, e me levantar com aquela xícara de café fresco ou aquela taça de cerveja inesperada. Deixo aqui meu profundo sentimento de gratidão a esse homem, pois não há o que eu sonhe e ele não lute para realizar!

Não menos importante, onipresente, que tomou todos os espaços da minha vida, com um sorriso marcante e constante, agradeço ao meu Dom, meu filhote, que vive ao meu lado a maior aventura de todas, a maternidade. Escrevi grande parte dessa dissertação com ele dormindo no meu colo, aconchegado em mim e mamando, apesar das dores nas costas, da digitação, muitas vezes, silenciosa, ele me fortalecia. Sem ele esse trabalho seria meramente teórico, com ele é real, vivo, forte, transformador! Amo-te, Dom Dom!

*“Me di cuenta de que deseaba escribir un libro acerca de la maternidad, pues era un tema crucial, todavía relativamente inexplorado, de la teoría feminista. Pero no fui yo quien eligió el tema; hace mucho tiempo que el tema me eligió a mí”.*

*Adrienne Rich*

## **LISTA DE SIGLAS**

IFMS – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

MS – Mato Grosso do Sul

TI – Tecnologia da Informação

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul



## RESUMO

Nesta dissertação apresentam-se resultados da pesquisa de Mestrado em Educação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, na linha de pesquisa “História, Sociedade e Educação”, vinculada ao Grupo de Pesquisa “Relações de Gênero Cultura e Sociedade”. A ciência, paulatinamente, tem se tornado possível às mulheres, sendo a maternidade um fator determinante, que obsta, o acesso a ambientes educacionais e científicos. Ao se tornar mãe, quase que automaticamente, as demandas relacionadas ao cuidado se intensificam, o que, em grande parte, exclui a mulher do mercado de trabalho ou, fatalmente, oculta aquela que resiste. Por isso se faz necessária esta pesquisa, que pretende analisar o cotidiano das professoras dos cursos de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul de Três Lagoas, que são mães recentes, logo, que conciliam o trabalho com a infância de seus filhos e convivem com o sexismo/machismo no ambiente de trabalho. Sob a égide da Economia Feminista ou do Cuidado é que esse trabalho se sustenta, partindo das Teorias Feministas que, com Sandra Harding e Donna Haraway, desmistificam uma suposta neutralidade das ciências tradicionais, considerando o sujeito e objeto da pesquisa a própria mulher, assumindo, assim, que somos seres sociais e temos pressupostos epistemológicos. O texto pressupõe uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e de campo, que se desenvolveu por meio de questionário enviado via e-mail às professoras, a partir da práxis dessas mulheres, as respostas foram correlacionadas com o auxílio de autoras, feministas, pesquisadoras que também resistem produzindo ciência. A princípio foi necessário discorrer acerca da TI e a (re)existência das mulheres na área, considerada uma redoma masculina, nesse íterim, Londa Schiebinger é o norte científico que atravessa o trabalho. Em sequência, a pesquisa se direciona para o trabalho (produtivo) de professora, Guacira L. Louro fundamenta as análises sobre educação e gênero, com o auxílio do viés decolonial de Lugones e Curiel também basilares às questões imbricadas de gênero, classe e raça. Historicamente, Silvia Federici orienta as relações de trabalho reprodutivo, com o aporte de outras (os) marxistas. Monique Wittig fundamenta o debate no tocante à heterossexualidade, e conseqüentemente, à maternidade compulsória, assim como Adrienne Rich ancora o que é materno à discussão. Cristina Carrasco é a frente da Economia Feminista, evidenciando uma possível solução aos questionamentos hodiernos referentes à crise dos cuidados, à sobrecarga materna e às condições de acesso e permanência de mulheres no âmbito da educação/ciência/trabalho. Bell Hooks, por fim, relaciona o feminismo e sua responsabilidade para com as mulheres-mães, propiciando novas reflexões e ações diante das adversidades enfrentadas por essas. Em síntese, a presente dissertação correlata as teorias feministas e os desafios das mulheres, mães, professoras de TI, que são resistência em meios acadêmicos sexistas, sendo ainda, as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ignorado pela economia tradicional, que, tempestivamente, as mulheres cientistas e economistas feministas pretendem resgatar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia feminista; Ciência e educação; Maternidade.

## ABSTRACTO

Esta tesis presenta los resultados de una investigación de Maestría en Educación desarrollada en el Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidad Universitaria de Paranaíba, en la línea de investigación "Historia, Sociedad y Educación", vinculado al Grupo de Investigación "Relaciones de género, cultura y sociedad". La ciencia se ha hecho posible paulatinamente para las mujeres y la maternidad es un factor determinante que dificulta el acceso a los entornos educativos y científicos. Al convertirse en madre, casi automáticamente, se intensifican las demandas relacionadas con los cuidados, lo que, en gran medida, excluye a las mujeres del mercado laboral o, fatalmente, esconde a las que se resisten. Por tanto, es necesaria esta investigación, que pretende analizar la vida cotidiana de los docentes de los cursos de Tecnología de la Información del Instituto Federal de Mato Grosso do Sul en Três Lagoas, que son madres recientes, por tanto, que concilian el trabajo con la niñez de sus hijos. y vivir con sexismo / machismo en el lugar de trabajo. Bajo la égida de Feminist Economics or Care, este trabajo se sustenta, a partir de Teorías Feministas que, con Sandra Harding y Donna Haraway, desmitifican una supuesta neutralidad de las ciencias tradicionales, considerando el sujeto y objeto de investigación la propia mujer, asumiendo, así, que somos seres sociales y tenemos presupuestos epistemológicos. El texto presupone una investigación bibliográfica, cualitativa y de campo, la cual se desarrolló a través de un cuestionario enviado vía e-mail a los docentes, con base en la praxis de estas mujeres, las respuestas se correlacionaron con la ayuda de autoras, feministas, investigadoras que también resisten. produciendo ciencia. En un principio, era necesario hablar de TI y de la (re) existencia de la mujer en la zona, considerada una cúpula masculina, mientras tanto, Londa Schiebinger es el norte científico que atraviesa la obra. Como resultado, la investigación se centra en el trabajo (productivo) de una docente, Guacira L. Louro, que apoya el análisis de la educación y el género, con la ayuda del sesgo descolonial de Lugones y Curiel, que también son fundamentales para los problemas imbricados de género, clase y raza. Históricamente, Silvia Federici orienta las relaciones del trabajo reproductivo, con el aporte de otros (los) marxistas. Monique Wittig basa el debate en la heterosexualidad y, en consecuencia, en la maternidad obligatoria, al igual que Adrienne Rich ancla lo maternal en la discusión. Cristina Carrasco es el frente de la Economía Feminista, mostrando una posible solución a los interrogantes actuales sobre la crisis del cuidado, la sobrecarga materna y las condiciones de acceso y permanencia de las mujeres en el ámbito de la educación / ciencia / trabajo. Bell Hooks, finalmente, relaciona el feminismo y su responsabilidad con las mujeres-madres, aportando nuevas reflexiones y acciones ante las adversidades que enfrentan estas madres. En resumen, esta disertación correlaciona las teorías feministas y los desafíos de las mujeres, madres, docentes de informática, que son resistencia en los círculos académicos sexistas, siendo también las principales responsables del trabajo reproductivo, ignorado por la economía tradicional, que, en su momento, las mujeres científicas y economistas feministas pretenden rescatar

**PALABRAS CLAVE:** Economía feminista; Ciencia y educación; Maternidad.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 Mulheres e Ciência: Metodologias, Teorias e Práxis Feministas .....</b>	<b>17</b>
1.1 Metodologias Feministas e a Falácia da Neutralidade.....	18
1.2 “Mulher” e “Mulheres” – Categorias Complementares .....	21
1.3 Mães-Professoras de TI do IFMS de Três Lagoas .....	24
1.3.1 Mulheres-mães Cientistas: (Re) Existências .....	26
<b>2 Economia Feminista - Trabalho Reprodutivo e a Manutenção do Capital.....</b>	<b>28</b>
2.1 Desconstruindo a Economia Neoclássica: Por uma Economia Feminista.....	31
2.2 Economia Feminista de Ruptura .....	34
2.2.1 Economia do Cuidado e a metáfora do iceberg .....	36
2.3 O Trabalho das Mulheres: Imbricações de Gênero, Classe e Raça.....	39
2.3.1 Mulheres: O eterno proletariado .....	41
2.3.2 Divisão Sexual do Trabalho da (na) Educação: Um olhar Decolonial .....	44
2.3.3 Professora: A profissão possível (?).....	47
<b>3 Trabalho Reprodutivo: Heterossexualidade e Maternidade Compulsórias.....</b>	<b>55</b>
3.1 Maternidade e Consciência .....	58
3.2 O Feminismo Inclui Mães? Deveria! .....	60
3.2.1 Maternar é Revolucionar! .....	66
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE A: Autorização da Pesquisa pelo IFMS .....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE .....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE C: Questionário .....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE D: Resumo das Respostas .....</b>	<b>87</b>

## INTRODUÇÃO

A maternidade nunca esteve muito próxima de meu cotidiano, nunca convivi de forma íntima a amigas gestantes e mesmo após o nascimento de alguns bebês conhecidos eu me mantive afastada desse universo, que me era enigmático e, de fato, não me interessava. No entanto, ironicamente, descobri minha gestação no dia em que também soube que havia sido aprovada como aluna regular desse curso de pós-graduação (meados de 2019). De certa forma, transformei-me em sujeito do meu estudo que, a partir do nascimento do meu filho, emergiu com vigorosa emoção, apesar dos desafios inimagináveis que permearam o período pós parto, já que pari dias antes dos primeiros casos de Covid-19 serem confirmados no Brasil.

Entretanto, a necessidade desse estudo surge um ano antes, quando ouvi o termo “economia do cuidado” pela primeira vez, enquanto aluna especial. Soube, então, que eu havia me mantido cega por longos anos e que devia às mães, à minha própria mãe, um olhar sensível, um olhar, de fato, feminista - pois como a maioria de nós, meu primeiro contato com o feminismo se limitou ao liberal <sup>1</sup>, que hoje, nem mesmo considero parte dos feminismos por não alcançar pautas coletivas.

A partir da perspectiva radical comecei a entender o quão necessárias são as discussões e pautas que envolvem a maternidade, pois se há algo comum a todas as mulheres, a todos os seres humanos é o fato de que todos, todas e todes já estiveram no ventre materno. <sup>2</sup>

Sendo eu professora da rede estadual de Mato Grosso do Sul há 15 anos, sempre ouvi e observei outras mulheres professoras, de 2013 a 2015 fiz parte do corpo de servidores do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), de Três Lagoas, nessa experiência convivi com as professoras dos cursos de Tecnologia da Informação (Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Engenharia de Computação), na época eram apenas duas, e essas relatavam os desafios de lecionar em ambiente desigual, o convívio com

---

<sup>1</sup> O feminismo liberal restringe as lutas feministas através de um olhar burguês que se limita a reivindicar mudanças nas leis e nas oportunidades educacionais e de emprego, medidas de bem-estar, etc, sem questionar as estruturas econômicas e políticas da sociedade patriarcal.

<sup>2</sup> O feminismo radical entende de maneira diferente as causas da opressão das mulheres. Shulamith Firestone, uma das principais pensadoras desta corrente, afirma no livro “A dialética do sexo” que as origens da subordinação feminina estão visivelmente localizadas no processo reprodutivo. Segundo essa autora, os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres. As diferenças entre os papéis sociais e econômicos de homens e mulheres, o poder político e a psicologia coletiva são resultado da maneira como se reproduzem os seres humanos. De acordo com Firestone, o papel das mulheres no processo reprodutivo -- uma vez que são os únicos seres humanos capazes de engravidar e amamentar e dado que os bebês humanos têm um período extraordinariamente prolongado de dependência física -- as torna prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens. (PISCITELLI, 2001, p. 03-04)

os colegas homens, as relações de trabalho e domésticas, nas quais relações de gênero sempre se destacavam.

Observando o cotidiano dessas professoras senti que meu feminismo não abarcava as mães. Apesar de a interseccionalidade<sup>3</sup> ser uma ótica utilizada pelo feminismo, esta não possui enfoque objetivo relacionado à maternidade, assim como os estudos decoloniais<sup>4</sup> não se voltaram, especificamente, à essa temática, tanto que ao pesquisar nas principais bibliotecas de trabalhos acadêmicos do país não obtive muitos resultados de estudos que se relacionassem. Do mesmo modo, poucas vezes se pesquisa a professora de tecnologia da informação, entre outros cursos superiores tradicionalmente ditos masculinos, grande parte dos estudos se voltam apenas às estudantes. Assim, passei a me interessar, ler e pesquisar sobre professoras e maternidade. Diante da convivência mais próxima com uma mãe e professora do IFMS, Três Lagoas, MS, despertei-me para o quão injustas são as relações de gênero no contexto da maternidade, da educação, em especial da educação no bojo dos cursos acima citados.

Nesse ínterim, meu trabalho se debruça sobre questões de gênero no que concerne às mulheres que são mães e professoras, mais especificamente àquelas que foram mães recentemente, ou seja, que ainda conciliam a docência com a infância de seus filhos e que lecionam ou lecionaram desde a criação dos cursos, isto é de 2015 até meados de 2020, totalizando seis professoras, pois este foi o número máximo de mulheres que fizeram parte do corpo docente, o que por si já revela parte da desigualdade que me dispus a apurar.

Assim, após pesquisar grandemente o tema, teci o pré-projeto, que aprovado no processo seletivo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em seguida foi submetido à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da UEMS, o mesmo foi aprovado no final de 2019 e a pesquisa teve início no primeiro trimestre de 2020. Tal trabalho foi desenvolvido pelo curso de pós-graduação em Educação, *strictu sensu*, da unidade universitária de Paranaíba, Mato Grosso do Sul.

---

<sup>3</sup> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

<sup>4</sup> Os estudos decoloniais são sucessores e se desenrolaram a partir das contribuições dos estudos pós-coloniais e culturais – que repensam as construções da diferença colonial, posicionando-a ao lado dos colonizados e, ao mesmo tempo, reivindicam uma ruptura com esses movimentos compreendidos como “imperialistas” pela continuidade na perspectiva de análise a partir das ideias de autores eurocêntricos. O pensamento decolonial é político e “comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

A pesquisa se justifica pois há áreas da educação que ainda não são exatamente acessíveis à mulher, como cursos tradicionalmente ministrados por homens, na área de tecnologia da informação, em especial. Para Catherine Hall (1994) a relação dual com base na crença de que cada um dos sexos nasceu para ocupar distintas esferas [...] “era a regra da natureza, confirmada pelo costume e pelas tradições. Cada sexo, diferente por natureza, possuía suas características próprias, e qualquer tentativa de sair de sua esfera estaria condenada ao fracasso” (p. 70). Portanto, uma análise, observando a educação oferecida nos cursos de computação que é permeada pelas desigualdades de gênero que atingem as suas escassas professoras, é imperiosa. Essa escassez contribui para que as estruturas opressoras se mantenham, de acordo com Bardwick (1981) a ideia de que tudo que é atributo do sexo masculino é naturalmente melhor do que é próprio do sexo feminino, o próprio sexismo “não deprecia somente o que as mulheres fazem, mas o que as mulheres são.” (p. 45)

Assim, o objetivo geral é comprovar que as mulheres apenas “sobrevivem”, nesses espaços, e um fator que dificulta essa sobrevivência é a maternidade, leia-se sobreviver como resistir, permanecer apesar das desigualdades, e conseqüentemente, tornarem-se escassas e pouco produtivas academicamente. Isso porque, quando mãe, a identidade de gênero vincula a mulher quase que imediatamente ao papel de mãe e esposa, fazendo com que ela assuma inconscientemente, (BOURDIEU, 1999) e sem questionar, atributos de cuidadora, protetora e colocando-se em segundo plano em relação a sua família e trabalho.

Especificamente, foram analisadas as relações de gênero dentro do Instituto Federal, nos cursos superiores preponderantemente masculinos, de tecnologia da informação, assim como nos espaços domésticos em que vivem as mulheres, mães, professoras. Como esses espaços influenciam o fazer pedagógico e o cotidiano doméstico, como ser mãe, tornar-se mãe, cuidar de uma criança, de uma casa - posto que esses cuidados ainda são de responsabilidade da mulher, apesar de tanta mobilização feminista no sentido da divisão de tarefas - podem desgastar a profissional, que sofre ainda com a invisibilidade do serviço doméstico. Relacionando questões de gênero e trabalho entre colegas, professores e professoras, entre companheiros no seu cotidiano doméstico com enfoque na economia do cuidado, a partir da maternidade, trazendo à tona o apagamento/isolamento acadêmico da professora-mãe.

A bibliografia, a princípio, norteou a pesquisa ao revisitar conceitos precípuos, baseando-se em autoras como Donna Haraway e Sandra Harding que desconstruem a suposta neutralidade da pesquisa androcêntrica, possibilitando às teorias feministas um olhar a partir da mulher e para a mulher.

Dentro dessa perspectiva, Scott (1994, p. 12) afirma que gênero é “esse saber, esse conhecimento das diferenças sexuais, é o significado da compreensão produzido pelas culturas, é um saber em transformação, instituições, rituais, práticas cotidianas. Um saber sobre a realidade social que a organiza”. Sexo e gênero foram imbricados e expostos pelas teorias de Judith Butler, Joana Maria Pedro e Adriana Piscitelli, essas autoras subsidiaram a desconstrução de conceitos rígidos, flexibilizando a teoria para que incorpore todas as mulheres analisadas, sem um viés sexista ou qualquer outro fator delimitador.

No âmbito da ciência, Londa Schiebinger (2001), considera o feminismo da diferença um empecilho para que a mulher se estabeleça na ciência, buscando seu “estilo feminino” de fazer ciência, o que apenas aprofundaria as desigualdades. Justificando, assim, a baixa representatividade da mulher nos cursos analisados. A referida autora desbrava o campo científico a partir da perspectiva feminista e permite uma rica bibliografia que embasa toda a análise da pesquisa de campo.

No que concerne à educação e gênero, Guacira Lopes Louro foi essencial, pois acentua que currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe, são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores (LOURO, 1997).

No que diz respeito à economia feminista, Cristina Carrasco foi o ponto de partida, enfatizando as práticas realizadas nos lares, bem como a articulação destas com a manutenção do sistema que oculta a mulher. Em função disso, nega-se a categoria econômica do trabalho não remunerado, de tal modo a ser excluída nas análises econômicas (CARRASCO, 2008). Em colaboração, Amaia Pérez Orozco e Antonella Picchio foram o suporte teórico acerca da economia neoclássica e de ruptura.

Outrossim, foi preciso adentrar conceitos como patriarcado e capitalismo, trabalho remunerado e não remunerado, por meio de leituras marxistas, englobando a divisão sexual do trabalho, a partir de Engels, Silvia Federici, Nancy Fraser, Heleieth Safiotti, etc.

Perscrutando um ponto de vista decolonial <sup>5</sup>, Orichy Curiel, Oyéronké Oyewùmi e Lugones direcionaram a análise histórica. Adienne Rich e Monique Wittig trouxeram a

---

<sup>5</sup> Decolonial se contrapõe à “colonialidade”, enquanto o descolonial é uma contraposição ao “colonialismo”. Por colonialidade entendemos que o término das administrações coloniais não significa o fim da dominação colonial, a estrutura de poder colonial, sendo de suma importância um movimento decolonial; Descolonial, portanto, seria no sentido de “desfazer o colonial”, relacionado ao colonialismo e não à colonialidade.

maternidade e a heterossexualidade compulsórias ao centro do debate, Bell Hooks, por sua vez, alinhou todos esses pensamentos, e sagazmente, introduz um debate sobre os rumos do feminismo e a necessidade de sua constante desconstrução.

Complementando a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo se deu de forma qualitativa, professoras, mães da TI do IFMS de Três Lagoas foram convidadas a responderem um questionário de 45 questões, referentes ao convívio doméstico, ao relacionamento conjugal e ao trabalho, a partir da perspectiva da maternidade. Entrei em contato com elas através de seus e-mails, estes foram fornecidos pelo diretor de ensino do IFMS de Três Lagoas, das 6 (seis) professoras contactadas, 4 (quatro) se dispuseram e responderam às perguntas. Originalmente, seriam convidadas também a escreverem diários que pretendiam refletir os conflitos observados em seu cotidiano, entretanto, devido à pandemia não foi possível, já que as aulas além de remotas, distanciaram o convívio de todos e fui impossibilitada de um contato mais próximo, o que gerou a desistência desse instrumento da pesquisa.

No primeiro capítulo, apresento a metodologia, as teorias feministas e a epistemologia que suscitou a temática, unindo a teoria e a prática, a academia e a militância, fundamentais quando se pensa em mulheres e história, assim, disserto acerca das mulheres cientistas de outrora e aquelas que pretendem fazer ciência hoje, as professoras do IFMS. Enfatizo a necessidade de retomada da categoria mulher/mulheres, posto que o trabalho se desenvolve à perspectiva da maternidade, das lutas e desafios impostos às mulheres, em especial aqueles relacionados ao trabalho, seja produtivo ou reprodutivo, retomando, para tal, a materialidade dos corpos já que a subjetividade para o feminismo é multifacetada, plural e diversa, caracterizada por uma incompletude essencial - imersa em relações de poderes e de linguagens que produzem múltiplos significados contestados. Esta subjetividade seria uma subversão das identidades binárias de sexo, de gênero e de desejo (Butler, 2003).

A reprodução necessariamente tem um componente material. Ela está relacionada a corpos, nutrição, nascimento, etc. Mas, ao mesmo tempo, não há nada mais simbólico do que o corpo, o alimento, o nascimento e a maternidade. A diferença entre os sexos é, em primeiro lugar, biológica; mas sua percepção e expressão são profundamente arraigadas na estrutura da linguagem e nos mitos. Sua história pregressa é tão longínqua que os estudos atuais antropológicos sobre as mulheres praticamente só começaram a arranhar a superfície. (PICCHIO, 2018, p. 99)

No segundo capítulo, sob a égide da Economia Feminista, analisa-se o desencadear de atividades remuneradas ditas masculinas e femininas, assim como a construção e desconstrução



desses conceitos no que concerne ao trabalho da mulher-professora e sua atuação em áreas, ainda a ela, negadas.

Discute-se, em tempo, a relação entre o capitalismo, sociedade atual e a manutenção da invisibilidade da mulher e do trabalho não remunerado de cuidar, bem como as relações de gênero no contexto educacional, doméstico e as consequências, influências entre eles e, por conseguinte, no fazer pedagógico, comprovando a resistência das mulheres perante as adversidades de se lecionar em cursos superiores tradicionalmente masculinos.

Diante do contexto atual, foi crucial trazer à tona novas discussões, expondo as novas formas de invisibilidade que as mulheres, mães e professoras têm atravessado diante da pandemia.

Por fim, o terceiro e último capítulo arremata a análise já iniciada nos anteriores, dando foco à maternidade, pontua-se, nessa perspectiva, a heterossexualidade como compulsória, assim como a maternidade e a visão da teoria e das práticas feministas excludentes, no que se relaciona a mães e seus filhos. Entretanto, finalizo propondo a retomada de nossos corpos, de nosso poder reprodutivo, em busca de uma maternidade consciente e revolucionária.

Em suma, estuda-se a professora, mãe, que abdica do cuidado com seus filhos em prol do trabalho, ou do trabalho, ou parte dele, para dedicar mais cuidados à sua família. Sendo julgada, tendo sua capacidade desacreditada, e ainda lidando com seu próprio crivo, sua culpa, sem ao menos ser vista como propulsora da economia.

## 1 Mulheres e Ciência: Metodologias, Teorias e Práxis Feministas

Além de refletir acerca do método de pesquisa aqui empregado, esse capítulo visa, aliar a produção científica às relações de gênero no tocante às mulheres, isso porque, a ciência como se apresenta é uma ciência “masculina”, documentada e experimentada por homens através da História. Essa ciência obviamente deixou lacunas diversas e foi inábil em suas análises, comportando preconceitos e sexismo. Por isso, Sandra Harding usa o termo “ciência mal conduzida” para determinar essa ciência “masculina”:

Não há dúvida de que a crítica feminista das ciências naturais e sociais identificou e descreveu uma ciência mal conduzida - isto é, uma ciência distorcida pela visão masculina preconcebida na elaboração da problemática, nas teorias, nos conceitos, nos métodos de investigação, nas observações e interpretações dos resultados. (HARDING, 1993, p. 13)

Em consonância, Mead (1979, p. 297) afirma que “insistir que não há diferenças de sexo numa sociedade que sempre acreditou nelas e dependeu delas, talvez seja uma forma tão sutil de padronização de personalidade como insistir em que existem muitas diferenças de sexo”.

Diante dessa afirmação, pretende-se aqui refletir acerca da ciência produzida por mulheres, como esse campo teórico-epistemológico se apresenta e influencia as metodologias feministas que foram base para o desenvolvimento dessa pesquisa científica. Para tanto:

O empirismo feminista alega que o sexismo e o androcentrismo são preconceitos sociais. Os movimentos de libertação "possibilitam ver o mundo com uma perspectiva ampliada, porque removem os véus e os antolhos que obscurecem o conhecimento e a observação". Dessa maneira, o movimento de mulheres cria a oportunidade da perspectiva ampliada - assim como o fizeram a revolução burguesa dos séculos XV a XVII, a revolução proletária do século XIX e as revoluções que derrubaram o colonialismo europeu e norte-americano em décadas recentes. Além disso, o movimento de mulheres gera mais cientistas e mais cientistas feministas, homens e mulheres, com maior propensão para reconhecer a predisposição androcêntrica do que o fazem os homens não feministas. (HARDING, 1993, p. 14)

Isto posto, é imprescindível e mesmo natural que teoria e prática, o teórico e o empírico se encontrem quando se objetiva produzir ciência a partir de uma visão feminista.

Eléni Varikas (2014), afirma que a pesquisa deve ser guiada com uma intenção de emancipação, ou seja, de uma perspectiva que deve contribuir para a supressão das relações de opressão e exploração, as quais as pessoas e os grupos estudados vivenciam, já que, a categoria “homem” elaborou o universal a partir de suas próprias experiências, negando as experiências

da “mulher”. É esta perspectiva de emancipação que deve ditar as questões colocadas, os problemas abordados e também os métodos com os quais tentamos resolvê-los.

### **1.1 Metodologias Feministas e a Falácia da Neutralidade**

(Quase) sempre, quando se pensa em mulheres fazendo ciência, os questionamentos sobre igualdade educacional e/ou cognitiva surgem, isso porque, até a década de 1970 pouco se desenvolvia de um ponto de partida diverso do androcêntrico.

Simone de Beauvoir, desde a década de 1940, já problematizava uma suposta igualdade -ainda presente tanto na teoria quanto na prática- que tão somente servia à inferiorização da mulher, proposta pelos cientistas clássicos:

Quando muito, consentia-se em conceder ao outro sexo "a igualdade dentro da diferença". Essa fórmula, que fez fortuna, é muito significativa: é exatamente a que utilizam em relação aos negros dos E.U.A. as leis Jim Crow; ora, essa segregação, pretensamente igualitária, só serviu para introduzir as mais extremas discriminações. Esse encontro nada tem de ocasional: quer se trate de uma raça, de uma casta, de uma classe, de um sexo reduzidos a uma condição inferior, o processo de justificação é o mesmo. (BEAUVOIR, 1970, p. 17)

Os clássicos (homens), mostraram-se incapazes de ultrapassar uma concepção de reprodução social no que se refere a gênero, passando por todas as áreas da ciência, da psicanálise aos socialistas. A maioria dos autores assume ser o lugar e o papel das mulheres naturalmente ligados à família, concebida esta como a esfera das emoções, das particularidades e do apagamento das lutas.

Diante dessa lacuna, que apagou o sujeito e objeto feminino da pesquisa é que surge uma nova perspectiva, feminista, que passa a ser utilizada nos meios acadêmicos. Pode-se afirmar que a mulher passa a ser o objeto e o sujeito da pesquisa, contrapondo a ciência tradicional na qual mulheres são vistas como “segundo sexo”<sup>6</sup>:

É a partir dos estudos de Beauvoir que Butler afirma, em suas obras, artigos e entrevistas, a instabilidade do gênero, que é um processo que não tem nem origem nem fim, de modo que é algo que “fazemos” e não algo que “somos”. Isto porque a frase célebre de Beauvoir, “ninguém nasce, mas torna-se mulher”, pretende abrir os olhos exatamente para as imposições sociais inquestionáveis que classificam e excluem os sujeitos. (REIS, 2013, p. 263)

---

<sup>6</sup> Simone de Beauvoir denuncia o papel da mulher a partir de uma perspectiva secundária em relação ao homem, a expressão também intitula sua obra mais importante “O Segundo Sexo” escrita em 1949.

Em outras palavras, a ciência apagou a mulher de suas perspectivas, fato que as teorias feministas pretendem resgatar. Por esse lado,

[...] a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. O modelo assimilacionista de feminismo liberal é inadequado. Ao mesmo tempo, o modelo "feminista de diferença" que sugere que as mulheres - por terem sido socializadas diferentemente dos homens - trazem as sementes da mudança consigo para o laboratório, não é suficiente. Algo do desejo de atribuir os sucessos do feminismo diretamente a mulheres deriva do fato de que, historicamente, as mulheres como um grupo foram excluídas sem nenhuma outra razão que não seu sexo. (SCHIEBINGER, 2001, p. 35)

No campo teórico-epistemológico, há o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-modernismo ou pós-estruturalismo feminista, corrente contemporânea do feminismo na qual se inscrevem os estudos de gênero (BUTLER, 2003). Apesar de fomentar as discussões sobre uma igualdade científica, que não seria em nada diversa da suposta neutralidade dos sujeitos e objetos masculinos de até então.

Nesse sentido, a discussão acerca do controle científico não é privilégio da crítica levada a cabo pelas feministas. Todavia, em virtude de sua atávica transversalidade, a questão da mulher deixa-se articular livremente com estudos críticos voltados a etnias, raças, classes, gerações, entre outros. Tal articulação entre diversas correntes de pensamento crítico se faz necessária já que, "é evidente que cada forma de dominação utiliza as outras como recursos e se apoiam mutuamente de modos complexos. (HARDING, 1996, p. 18)

Assim, o intuito, aqui, não é isolar a produção do conhecimento atual e passada, para substituí-las por uma nova, mas desmistificar a suposta ausência de interesse de mulheres pelas ciências.

A crítica do pensamento tem frequentemente feito avançar o conhecimento com mais eficácia do que o seu estabelecimento; a crítica feminista à ciência aponta para uma área particularmente fértil em que as categorias do pensamento ocidental necessitam de revisão. Embora tais críticas tenham começado por indagações politicamente controvertidas, mas teoricamente inócuas, acerca da discriminação contra as mulheres na estrutura social da ciência, dos usos indevidos da tecnologia e do preconceito androcêntrico nas ciências sociais e na biologia, elas logo se avolumaram em interpelações das premissas mais fundamentais do pensamento ocidental moderno. (HARDING, 1996, p. 12)

Em consonância, para o desencadear do trabalho fora utilizada a pesquisa qualitativa de inspiração feminista, Segundo Neves e Nogueira (2003, p. 47), as metodologias feministas têm trazido nos últimos anos novas possibilidades para o estudo das dinâmicas sociais:

[...] as metodologias feministas pretendem, acima de tudo, garantir a criação de um compromisso científico, social, cultural e político que legitime e valorize, numa perspectiva de equidade, as experiências dos homens e das mulheres, bem como os significados que homens e mulheres constroem acerca das suas realidades sociais. E é precisamente esta lógica de compromisso declarado que consideramos ser a mais valia das metodologias feministas.

Sendo que toda atividade humana, na medida em que está implicada, é política, é preciso expor que os pressupostos teórico-epistemológicos utilizados, assumem, na pesquisa, os aspectos político-ideológicos, esses aspectos têm sido comumente negligenciados ou mesmo recusados, justificando a manutenção da neutralidade e da objetividade. Para Donna Haraway,

[...] nenhuma perspectiva interna é privilegiada, já que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade. Portanto, da perspectiva extremista dos construcionistas sociais, porque deveríamos ficar acuados pelas descrições dos cientistas sobre sua atividade e seus feitos? Eles e seus patronos têm interesse em jogar areia em nossos olhos. Eles contam fábulas sobre a objetividade e o método científico para estudantes nos primeiros anos de iniciação, mas nenhum praticante das altas artes científicas jamais seria apanhado pondo em prática as versões dos manuais. Os adeptos da construção social deixam claro que as ideologias oficiais sobre a objetividade e o método científico são péssimos guias, particularmente no que diz respeito a como o conhecimento científico é realmente fabricado. (HARAWAY, 1995, p. 09)

O que, segundo Harding, (1991) seria uma estratégia das elites brancas masculinas e burguesas (que geralmente detêm a hegemonia dos espaços de poder-saber), ao tentarem evitar a responsabilidade sobre as motivações e sobre as consequências dos saberes produzidos, o que não só as feministas, mas também movimentos pacifistas, antirracistas e anti-imperialistas, entre outros, têm ousado, há muito, questionar e denunciar. Sendo essa perspectiva revelada às analisadas, uma vez que esse posicionamento é um ato político e como tal traz implicações práticas na condução da pesquisa. Nesse ponto é importante ressaltar que esse é um trabalho objetivo, permeado de subjetividades, e não há demérito científico, posto que,

[...] há uma relação muito frouxa entre o que os cientistas acreditam ou dizem acreditar e o que eles realmente fazem. As únicas pessoas que acabam realmente por acreditar e, as deusas nos livrem, agir a partir das doutrinas ideológicas da objetividade científica descorporificada, entronizada nos manuais elementares e na literatura de divulgação da tecnociência, são os não

cientistas, inclusive um número muito pequeno de filósofos confiantes. (HARAWAY, 1995, p. 09)

Por fim, o feminismo enseja uma nova relação entre teoria e prática, traz à luz uma nova epistemologia não isenta e/ou imparcial, mas própria. Permite à cientista uma relação com seu objeto de conhecimento, não produz um conhecimento neutro, mas celebra a impossibilidade da neutralidade.

Justamente por isso, nos últimos anos, os estudos feministas tem aumentado e impactado a academia, “nas ciências econômicas, os estudos vêm se desenvolvendo também, porém, lentamente. Além disso, os estudos com abordagem feminista são muito recentes no campo econômico.” (TEIXEIRA, 2018, p. 142)

Sendo assim, a economia feminista se propõe a apresentar uma extensa crítica metodológica sobre o conjunto da disciplina de economia, bem como os desafios específicos em cada escola de pensamento. Os avanços na teoria feminista nestes últimos trinta anos influenciaram significativamente a economia feminista. Para a maior parte das teóricas, o feminismo não é simplesmente uma perspectiva ou um modo de ver, tampouco uma epistemologia, uma forma de conhecer; é também ontologia, ou seja, uma maneira de estar no mundo. (TEIXEIRA, 2018, p. 148)

Não há, por isto, melhores cientistas que nós mesmas, as mulheres, para teorizarmos assuntos pertinentes aos nossos desafios e lutas constantes. À vista disso, o presente trabalho visa, além da pesquisa científica proposta, contribuir para uma ciência feminista, que resgate a mulher como sujeito econômico.

## **1.2 “Mulher” e “Mulheres” – Categorias Complementares**

Nos últimos anos muita literatura foi produzida sobre a categoria mulheres retomando a necessidade dessa categoria quando se trata de temáticas como as desse trabalho, que envolvem, não apenas o gênero, mas o sexo, já que a perspectiva da maternidade enquanto reprodução é preponderante aqui, apesar da pluralidade de posições teóricas existentes.

Entre as/os acadêmicos/as que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, uma vez que foi considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher”. Essa categoria passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/”mulher” parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados. Mas, no marco das discussões das acadêmicas feministas percebe-se, nos últimos anos, uma nova ênfase na utilização da categoria “mulher”. Evidente em alguns Encontros sobre gênero no Brasil, esse retorno é discutido na produção internacional, inclusive

naquela difundida nas principais publicações feministas do País. Num número recente da Revista de Estudos Feministas, Linda Nicholson alude abertamente à importância da utilização dessa categoria, confrontando-a com ideias embutidas no conceito de gênero. (PISCITELLI, 2001, p. 01)

Reconhecidamente somos muitas mulheres e nossas lutas são tão plurais quanto nós, não se pode resumir o “ser mulher”, nesse sentido, Nicholson expõe “quero sugerir que pensemos no sentido de ‘mulher’ (...) como palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características”. (NICHOLSON, 2000, p. 34-35)

Joana Maria Pedro (2005) explica os meandros entre as categorias “mulher” e “mulheres”

[...] e não havia a “mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas. Mesmo assim, era preciso não esquecer que, mesmo prestando atenção nas diferenças entre as mulheres, não era possível esquecer as desigualdades e as relações de poder entre os sexos. (PEDRO, 2005, p. 82-83)

Linda Nicholson (2000) acredita não em uma interseção do gênero com as diferenças de raça, classe, etc., mas em uma coexistência desses vários fatores: “nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da identidade sexual a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao ser mulher” (p. 15).

Segundo Nicholson, a categoria mulher nos termos por ela propostos ofereceria uma dupla vantagem. Possibilitaria o reconhecimento de diferenças entre mulheres, mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política – que, de acordo com a autora, não exige um sentido definido para o termo mulher. É claro que se trata de políticas de coalizão – de políticas compostas por listas de reivindicações relativas às diferentes necessidades dos grupos que constituem, temporariamente, a coalizão. (PISCITELLI, 2001, p. 21)

Sob a perspectiva decolonial, observa-se que a categoria mulher e sua retomada são urgentes, posto que, na obra “La Nación Heterosexual” de Curiel:<sup>7</sup>

[...] não se trata somente de como a sociedade separa homens e mulheres e os torna homogêneos. É dizer, qual é o tipo de relação social que há nesse regime, que fundamentalmente é a apropriação. E essa apropriação é de alguns corpos específicos - mais especialmente, nesse caso, dos nossos, que fomos construídas como mulheres (2007, p. 112).

A autora politiza as sexualidades e, assim, consegue esclarecer que a partir da dominação dos corpos das mulheres se estabelecem políticas de Estado. Por isso se faz imprescindível a categoria mulher, já que, a fêmea humana, foi apropriada, socializada e explorada por seu poder reprodutivo, o que em tempo algum inviabiliza a categoria gênero e sua importância política e social, pois

[...] uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os (as) historiadores (as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sociocultural – e, portanto, a não historicidade de gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa. (SCOTT, 1989, p. 10)

Em suma, a pesquisa se utiliza de conceitos plurais, no entanto, quando se pensa em reprodução, trabalho, mulheres e classe, é preciso retomar o que é ser mulher no contexto patriarcal ou heteropatriarcal. Sendo importante adentrar a discussão, Butler propõe um conceito de mulher inacabado, aberto, tangível

[...] em contestação permanente, sempre contingente, de forma a nunca fechar-se a priori ao avanço de futuras demandas por inclusão. Isso não significa o mesmo que pretender abrir mão do uso do universal, entretanto, mas manter a categoria sob permanente contestação política como pré-requisito de sua própria validade e de seu próprio comprometimento com a participação democrática. (BUTLER, 2003, p. 40-41)

Ou seja, o termo mulher não precisa de unidade, quanto mais incompleto ele for, quanto mais poroso a diferentes formas de se identificar como mulher, maior será a possibilidade de ser aberto às mais variadas formas de contestação e abraçar as diferentes subjetividades.

Entretanto, isso não significa que as categorias “mulher” ou “mulheres” devam ser isoladas, para Butler (2003), há a necessidade de se falar como e para as mulheres e essa

---

<sup>7</sup> Entrevista com Ochy Curiel. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em 05 de março de 2021.



necessidade não é o que se contesta, “concordamos no sentido de que manifestações e esforços legislativos e movimentos radicais precisam demandar em nome das mulheres”. (p. 49)

Em tempo, cabe ressaltar que desconstruir a identidade não é desconstruir a política e sim colocar como política a utilização e articulação da identidade em vez de dar um aspecto natural à ela. A preocupação da autora é justamente mostrar a estratégia de naturalização por trás desse conceito.

### **1.3 Mães-Professoras de TI do IFMS de Três Lagoas**

Em um tempo não tão distante, meados do século XX, os computadores eram instrumentos de trabalho tipicamente femininos, já que secretariar foi, e ainda é, uma função tradicional feminina, logo os primeiros computadores faziam parte do cotidiano de secretárias e recepcionistas. Em consonância,

[...] Lubar (1998:25), quando os primeiros computadores começaram a ser utilizados parecia óbvio que esta seria uma área feminina, uma vez que as mulheres tradicionalmente realizavam a atividade de “computar”, realização de cálculos para os cientistas. Assim, seria natural que elas continuassem a realizar essa atividade, agora com a ajuda dos computadores. Por isso, muitas das pioneiras, além de serem mulheres, eram formadas em matemática e ciências, com doutorado em matemática. (SCHWARTZ, 2006, p. 266)

Entretanto, paulatinamente, as mulheres foram excluídas das tecnologias, reduzindo drasticamente a participação das mesmas na área de TI.

A falta de modelos femininos tem sido apontada como um dos fatores que leva à pequena participação das mulheres nas ciências, principalmente nas ciências exatas. (Schiebinger, 2002) Dessa forma, para a computação, que é uma ciência exata, é também importante resgatar a história das mulheres que contribuíram para a evolução da informática (Gürer, 2001), área que alguns acreditam não interessar a elas. A história das pioneiras [...] evidencia seu papel fundamental no desenvolvimento da informática. Porém, seus nomes nem sempre são lembrados, ou mesmo mencionados. A norma científica que vincula a produção acadêmico-científica ao sobrenome dos/as autores/as dificulta a identificação das mulheres, uma vez que a cultura androcêntrica condiciona a pensar que o autor é homem. A ideia de que o invento teve autoria feminina, muitas vezes, sequer é cogitada. (SCHWARTZ, 2006, p. 275).

No decorrer das últimas décadas, a TI se tornou quase que exclusivamente masculina, uma das professoras do IFMS, certa vez me enviou uma foto de sua sala de aula, apenas duas estudantes faziam parte.

Diante desse apagamento das mulheres nas ciências e tecnologias da informação, observei, no cotidiano das professoras, que a maternidade era um fator que silenciava ainda mais, ouvi de uma das professoras participantes da pesquisa (antes da mesma se iniciar) que em dado momento, quando sua filha era bebê, ela solicitou lecionar uma disciplina que considerava menos trabalhosa em determinado semestre, já que a bebê demandava muito. Além dos colegas homens considerarem o pedido, caso aceito, um privilégio, ainda insinuaram que ela não queria ministrar outras disciplinas porque provavelmente não era capaz, sem reação, foi defendida por uma colega também mãe. Por noites seguidas essa mulher chorou e se questionou, teve vontade de ligar para o coordenador do curso e desfazer o pedido, no intuito de não ser desacreditada. Entretanto, sua decisão prevaleceu por sua filha ser mais importante que sua reputação ou seu fazer pedagógico. Esse episódio me marcou profundamente, e naquele momento percebi que era imperativo analisar a resistências das mães dentro das tecnologias, em especial, dentro da área de TI do IFMS de Três Lagoas, MS.

Para tanto, elegi a pesquisa qualitativa e descritiva, pois de acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa se torna mais apropriada quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos, em outras palavras, essa pesquisa é de cunho exploratório. Já que o número reduzido de professoras-mães na TI, por si, já demonstra ser uma área pouco acessível às mulheres, conseqüentemente, apenas seis professoras seriam “sujeitos” de análise, por serem as únicas dentro da instituição (no momento do meu contato) que em algum momento lecionaram na área em foco.

Trata-se de um estudo realizado através da análise da pesquisa bibliográfica com fontes secundárias, pois uma das vantagens básicas é a de possibilitar o estudo de pessoas e processos às quais não temos acesso físico, principalmente ou por problemas de distância, isso porque, infelizmente, a pesquisa de campo não ocorreu como fora planejada, pois diante de um novo cenário educacional, em que as aulas deixaram de ser presenciais por conta da pandemia por covid-19 desde o início do ano de 2020, adequações foram necessárias.

A princípio, as professoras-mães, que em algum momento lecionaram no ensino superior do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, foram convidadas a participar da pesquisa, isso porque, o campus é recente e não há número considerável de professoras na área em questão. Originalmente, além do questionário, as professoras relatariam situações cotidianas relacionadas à pesquisa em diários. Entretanto, com a pandemia, foi preciso repensar os instrumentos a serem utilizados. Assim, pelo intermédio do diretor de ensino do IFMS, tive acesso ao e-mail das mulheres e encaminhei a elas toda a documentação relacionada à pesquisa, como termo de consentimento, autorização pelo IFMS e pela plataforma Brasil, assim como

um texto que me apresentava e apresentava a elas meu trabalho. Enviei, ainda, o link do questionário a ser respondido. Os questionários foram respondidos entre os meses de julho e agosto de 2020. Devido às aulas remotas não pude estar presencialmente com as pesquisadas, no entanto, quatro, das seis que eram o foco inicial, responderam, o que não inviabilizou o trabalho, porém comprometeu o planejamento inicial.

O questionário objetivou, além de conhecer as professoras, e seu contexto profissional e doméstico, enquanto mães, revelar como a maternidade afetou a profissão-professora, como academicamente essas mulheres foram afetadas com o aumento da demanda de cuidados gerada pelos filhos, precipuamente, e de forma secundária, pelo relacionamento conjugal.

Isto posto, as pesquisadas responderam a um questionário de 45 questões, entre elas perguntas dissertativas que possibilitaram a elas tecerem comentários, outras que apenas possibilitaram respostas básicas, como “SIM” ou “NÃO”. Para que sejam entendidas com clareza nomearei as pesquisadas como “M40”, “M27”, “M35”, “M39”, já que o questionário foi anônimo, e o máximo que se sabe acerca das mulheres é a idade das mesmas, essa será utilizada aqui como forma de reconhecê-las.

Dessa forma as respostas foram tabuladas e analisadas à luz da Economia do Cuidado e das Teorias Feministas, e serão a partir de então expostas e debatidas ao longo do texto.

### **1.3.1 Mulheres-mães Cientistas: (Re) Existências**

Inicialmente, é preciso salientar que mulheres cientistas nunca tiveram paz, e não há como comparar ou mesmo equiparar a forma como a sociedade vê e julga homens e mulheres cientistas. Nessa acepção, “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência” (LOURO, 2015, p. 13). Logo, para que muitas mulheres se firmassem nas ciências e conquistassem o respeito acadêmico, sacrifícios foram compulsórios:

Após a década anticriança de 1970, as mulheres profissionais começaram a constituir famílias, mas geralmente de modo secreto. As mulheres tentavam "esconder" a gravidez tanto tempo quanto possível. Eu tive meus dois filhos durante licenças de pesquisa (não de maternidade) de modo que meus colegas nunca me viram grávida. As mulheres, às vezes fingindo até para si mesmas que não estavam grávidas, recusavam-se a diminuir o ritmo. A química Geri Richmond recorda sua primeira gravidez: "Eu tive enjôo todos os dias, durante sete meses, mas eu não parava. Eu não queria que as pessoas me considerassem uma criatura feminina". As mulheres, até mesmo, "planejavam o momento" de ter bebês. A física Ellen Williams programou uma gravidez

de modo a poder ter seu primeiro bebê durante o ano sabático, e somou todas suas licenças-saúde e férias para dar à luz o segundo. A bióloga Deborah Spector teve seu parto induzido em um fim-de-semana de três dias para que pudesse assistir à defesa de tese de um aluno na segunda-feira seguinte. A física Elena Aprile, da Columbia University, lecionou durante toda a sua segunda gravidez, e um mês depois que o bebê nasceu apresentou um importante projeto de pesquisa de desenvolvimento de um telescópio de raios gama para a NASA. O objetivo destas mulheres era ter filhos sem a licença maternidade, sem uma pausa na produtividade, sem parecer ser diferentes de seus colegas homens. Isto foi feito com um alto custo para elas próprias e seus parceiros, dentro de instituições estruturadas para suprimir estas coisas. (SCHIEBINGER, 2001, p. 186-187)

Outra forma de apagamento dessas mulheres é a forma que a produção científica se organiza:

A contagem de publicações e citações não leva em conta muitas formas de discriminação estrutural. Diversos estudos clássicos de "o que há num nome" revelaram que a cultura acadêmica valoriza o trabalho dos homens acima do das mulheres. Estudando respostas de leitores a nomes, psicólogos mostraram que, ainda que o conteúdo seja o mesmo, os leitores preferem artigos de autoria de homens. Pesquisadores entregaram a homens e mulheres artigos de autores identificados diversamente como John T. McKay, 45 Gerbi citada em Elizabeth Culotta, "Study: Male Scientists Publish More, Women Cited More", *Scientist* (26 de julho de 1993): 14. Sonnert e Holton, *Gender Differences*, 147. 106 Joan T. McKay, J.T. McKay (supostamente de sexo neutro), Chris T. McKay (ambíguo em relação ao sexo), e Anônimo. Os artigos eram idênticos em tudo, exceto pelo nome do suposto autor. Tanto homens como mulheres avaliaram um artigo mais favoravelmente quando ele era atribuído a um homem ao invés de, a uma mulher. Além disso, eles preferiram o ambíguo "J.T". a "Joan", mas não, a "John". Os leitores atribuíam um valor significativamente mais baixo a um artigo quando pensavam que "J.T". era uma mulher tentando ocultar sua identidade. Em geral, os leitores trataram "J.T". mais como uma mulher do que como um homem. (SCHIEBINGER, 2001, p. 105)

A participação das mulheres na ciência, embora se mantenha crescente há algumas décadas, enfrenta séculos de exclusão e apagamento, conseqüentemente, é esperado que locais de destaque, em qualquer área, sejam ainda restritos às mulheres, em especial, àquelas que se tornarem mães.

Quando uma série de artigos em *Science*, de 1994, parecia sugerir que as mulheres que pretendiam ter sucesso em carreiras científicas deveriam "esquecer de bebês", setenta e sete mulheres assinaram uma carta de protesto. As atitudes tradicionais, entretanto, ainda reinam em alguns países europeus, tais como a Alemanha, quando uma neurobiologista do instituto de biologia do desenvolvimento de Tübingen relatou conhecer uma dúzia de mulheres cientistas jovens que abortaram por pensar que ter um filho arruinaria suas carreiras. (SCHIEBINGER, 2001, p. 188)

No que concerne à ciência, é preciso salientar que apesar de as universidades terem sido fundadas no século XII,

[...] somente no século XIX, com a formalização rigorosa da ciência, passou a ser obrigatório o estudo nas universidades para seguir carreira científica. Nesse período, as atividades para a manutenção da família passaram a fazer parte da esfera privada, sendo atribuído este espaço às mulheres. A ciência passou a fazer parte da esfera pública, espaço atribuído aos homens, excluindo a mulher das universidades e do meio científico. Até então, essa divisão não era muito clara, e é nessa reestruturação da cultura que a ciência passa a ser vista como masculina. Com a formalização da ciência, as mulheres tinham duas opções para seguir carreira científica. A primeira por meio do estudo nas universidades, porém com pouco êxito até o início do século XX. Algumas mulheres chegaram a forjar identidades masculinas para ter acesso à universidade e ao conhecimento sistematizado. A segunda opção era por meio da família (esfera privada) como assistentes de maridos, pais ou irmãos. (Id.) (SCHWARTZ, 2006, p. 260)

Por isso, mesmo que a mulher se destacasse nas pesquisas e descobertas científicas, permaneceria encoberta, mantendo-se à sombra de um homem próximo. Fato que ainda se repete, apesar das conquistas das mulheres cientistas, por conseguinte, é imprescindível uma visão feminista que atravesse diferenças naturalizadas.

Nesse ponto adentramos um novo contexto e a pesquisa se reafirma quando questionamos:

Uma mulher que se encarrega da vida doméstica pode competir profissionalmente com um homem ou mulher que não o fazem? À medida que as mulheres começaram a tomar seus lugares nas profissões, certos aspectos da vida profissional foram reformados. A esfera doméstica, entretanto, nunca foi submetida à ação afirmativa ou emendas legislativas que requerem a redistribuição do trabalho doméstico. As mulheres em relações heterossexuais geralmente permanecem - de modo relutante ou não - encarregadas da família e do lar. Em consequência, as mulheres que saem para trabalhar acrescentam uma profissão exigente ao que costumava ser considerado um trabalho de tempo integral. Ser cientista, esposa e mãe é uma carga em uma sociedade que espera que as mulheres, mais do que os homens, ponham a família à frente da carreira. (SCHIEBINGER, 2001, p. 181)

Por isso, não basta incentivar meninas a escolherem as exatas no momento do vestibular, esses incentivos são até costumeiros hoje em dia, inclusive participei de um projeto de extensão do IFMS nesse sentido, incentivando as meninas de uma das escolas em que leciono. Mais que o acesso de mulheres a esses cursos, é de suma importância que elas permaneçam, formem-se e mais tarde voltem a essas salas de aula como professoras. Schiebinger explora a questão e justifica a finalidade desse estudo quando afirma que:

(Eu argumentaria que as muitas tentativas de aumentar o número de mulheres na ciência através de programas nacionais e universitários que se concentram exclusivamente em mulheres, ao invés de em instituições e ideologias, não têm êxito porque se baseiam em entendimentos insuficientes dos processos envolvidos.) O que é necessário é um entendimento crítico de gênero, de como ele funciona na ciência e na sociedade. (SHIEBINGER, 2001, p. 39)

Ou seja, sem os estudos de gênero, como esse que proponho aqui, dificilmente transporemos as barreiras necessárias à uma retomada da ciência pelas mulheres, pois:

Embora mulheres atualmente estudem em universidades de prestígio, em proporção mais ou menos igual aos homens, elas raramente são convidadas a integrar o corpo docente nas universidades de elite. A Harvard University nomeou professora sua primeira mulher em química (Cynthia Friend) em 1989, e sua primeira mulher em física (Melissa Franklin) em 1992. A socióloga Harriet Zuckerman observou que "quanto mais prestigiosa a instituição, mais as mulheres demoram para ser promovidas". Os homens, em geral, não enfrentam essa situação. (SHIEBINGER, 2001, p. 80)

Sendo a maternidade, fator crucial que dificulta ainda mais o acesso e, principalmente, a permanência de mulheres nos meios acadêmicos.

Mulheres não podem fazer ciência quando mães, e não podem maternar quando cientistas sem serem criticadas, ora por serem mães negligentes, ora por serem cientistas pouco produtivas. Um exemplo clássico e oportuno é o da pioneira da computação Ada Lovelace:

Ada é considerada como a primeira mulher programadora de computadores do mundo. Ela inventou inúmeras técnicas de programação, entre elas o comando condicional IF-THEN, o conceito de tipos, operadores, matrizes e loops, assim como a utilização do sistema binário ao invés do decimal. Apesar da importância de sua contribuição para o desenvolvimento da informática, como a conhecemos hoje, Ada é citada por ter ajudado Babbage na documentação de suas idéias. Como aponta Rapkiewicz (1998:67), ela é lembrada como filha de Lord Byron, o poeta, e não de sua mãe que era uma matemática famosa. A família e a educação dos filhos afastaram Ada dos estudos matemáticos, ainda assim, ela é apresentada como uma mãe negligente [...] (SCHWARTZ, 2006, p. 270)

Essa citação resume e introduz a centralidade da pesquisa tanto quanto a importância de, realmente, permitir às mulheres-mães espaços educacionais equiparados, justos e solidários.

## **2 Economia Feminista - Trabalho Reprodutivo e a Manutenção do Capital**

Sempre me pareceu curioso o termo “trabalho reprodutivo” para nomear aquele trabalho que se faz dentro dos lares. Até certo ponto, parecia-me aceitável, enquanto associado à reprodução no sentido biológico, embora dentro de uma casa se produza muito e não apenas se reproduza.

Semanticamente é básico repensar esses termos, pois eles, inevitavelmente, sedimentam as dicotomias patriarcais, o homem/produtor e mulher/reprodutora, além do que a fêmea humana não se reproduz sem a devida contribuição do macho. Em outras palavras, da mesma forma que a reprodução biológica acontece em cooperação entre machos e fêmeas, o trabalho remunerado só é possível porque alguém trabalha sem remuneração.

Cristina Carrasco (2018) afirma que “produção e reprodução são parte de um mesmo processo, assim não parece adequada a denominação “trabalho reprodutivo”. Entretanto, foi o feminismo que deu visibilidade para a pauta do cuidar através da incorporação dos cuidados ao processo de reprodução, embora a nomenclatura não seja um ponto pacífico, a referida autora explica: “a ideia de reprodução social se amplia para incorporar os cuidados, mas também, simultaneamente, amplia-se o conceito de cuidado para considerar como tais todos aqueles trabalhos orientados para o cuidado da vida” (p. 46), incluindo aqueles exercidos fora do lar, como saúde e educação (remunerados).

Apesar de óbvio, nós, mulheres, mantemo-nos, há séculos, com um antolho tão poderoso que raramente questionamos o porquê assumimos todo o cuidado no contexto familiar e até trabalhista. A sociedade vem se mantendo às custas do nosso trabalho de cuidar, desde a gestação à velhice, são mulheres que permitem que os demais humanos nasçam, vivam e sobrevivam. Mesmo que pensemos ser algo natural, perfeitamente normal, o estereótipo da mulher, mãe, cuidadora zelosa não se construiu sem a interferência voraz dos homens e do capital.

[...] não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida. Mesmo assim, dificilmente se tem êxito. Não importa o quanto sejamos bem treinadas, poucas mulheres não se sentem enganadas quando o “dia da noiva” acaba e elas se encontram diante de uma pia suja. (FEDERICI, 2019, p. 43)

No entanto, essa visão foi amplamente difundida, inclusive à base de violência, para que as mulheres se conformassem e aceitassem como única via possível o casamento, a maternidade e toda a carga invisível de trabalho que envolve a família e a casa.

Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou. É precisamente essa combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres devem desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica da criada que é a dona de casa, tornando seu trabalho tão pesado e, ao mesmo tempo, tão invisível. (FEDERICI, 2019, p. 44-45)

O objetivo é claro: Como os homens levantariam de suas camas pela manhã, caso não houvessem mulheres dispostas a preparar o café, lavar e passar suas roupas de trabalho, esquentar a marmitta, estar com o jantar pronto no final do dia, ter levado as crianças à escola, ao médico, na casa dos amiguinhos, ajudado com as tarefas, dado banho, comida, penteado cabelo, cortado unhas, gestado, parido, amamentado, cuidado até que elas se tornassem novos trabalhadores?!

Essa lista de afazeres não pertence apenas àquelas que “só” são donas de casa, mas também àquelas que trabalham fora, e até mesmo àquelas que contam com o trabalho doméstico de outras mulheres. Mulheres, mais ou menos, cedo ou tarde exercem o trabalho invisível e inevitável de cuidar.

Para economista feminista Cristina Carrasco, tanto o homo economicus “como o sistema econômico oficial, só podem existir porque suas necessidades básicas – individuais e sociais, físicas e emocionais – são cobertas pelo trabalho não remunerado das mulheres” (CARRASCO, 2006, p. 14). A respeito disso, a autora destaca dois aspectos a serem validados: as relações capitalistas e as relações heteropatriarcais, serão essas a nortearem as análises a seguir e moldarem a presente pesquisa.

## **2.1 Desconstruindo a Economia Neoclássica: Por uma Economia Feminista**

A Economia Feminista é um campo de estudos da Ciência Econômica e uma abordagem política que orienta diversos grupos feministas. Advinda da imbricação entre a academia e as lutas feministas, sendo desenvolvida tanto nos centros de estudos e pesquisas como nos espaços de atuação política feminista como Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais e associações de mulheres trabalhadoras. (GRECCO, 2018).

A economia feminista pretende em primeiro lugar,



[...] dar una definición más amplia de lo económico que, de forma clave, atienda a las actividades invisibilizadas históricamente realizadas por las mujeres. Se trata, por tanto, de descentrar a los mercados hacia los que se había dirigido la mirada primordial o exclusiva. Este descentramiento tiene que permitir, en segundo lugar, una recuperación de los elementos femeninos invisibilizados, recuperando a las mujeres como agentes económicos. En tercer lugar, es necesario mostrar las relaciones de poder de género que subyacían a la estructura dicotómica y, a la par, convertir dichas relaciones en un objeto legítimo de estudio económico. (OROZCO, 2005, p. 50)

As economistas feministas tem criticado ferrenhamente as teorias econômicas predominantes, a crítica à escola neoclássica é fundamentada nas políticas econômicas atuais que sustenta todo o ideário neoliberal, origem das desigualdades sociais e econômicas, pressupondo, ainda, a divisão social e sexual do trabalho e a manutenção das mulheres na atividade econômica, como reprodutoras da força de trabalho.

Dentre as críticas mais salientes encontra-se a perspectiva da família e dos papéis desempenhados socialmente por homens e mulheres no interior dela. Para os neoclássicos, as famílias seriam unidades econômicas que atuavam com a racionalidade própria do homo economicus, de modo a maximizar seus ganhos e sua utilidade. Assim, nessa acepção, as famílias escolheriam racionalmente por uma divisão sexual do trabalho, com motivos puramente econômicos. Afinal, é mais vantajoso que as mulheres sejam encarregadas do trabalho doméstico e de cuidados ao invés de ser compartilhado de forma igual com o conjunto da sociedade. (GRECCO; FURNA; TEIXEIRA, 2018, p. 14)

Esse pensamento ignora toda a história das famílias e das desigualdades de gênero, a própria socialização, volta-se para o individual que, irremediavelmente, é falho e não supre a necessidade de compreender a sociedade como um todo. A própria concepção de trabalho, dos clássicos aos neoclássicos, da economia política burla constantemente as relações não mercantis e garante a negação dessa economia de valor macro e microeconômico. Isso porque:

A identificação da ciência com a masculinidade e a dominação, e o feminino com a natureza, subjetividade e submissão, é bastante clara desde o século XVII. O modelo cartesiano de conhecimento, por exemplo, é justamente baseado na separação entre a objetividade e a natureza (Nelson, 1993b). Para as economistas feministas, o dualismo cartesiano que distingue público/privado, mercado/família, homem/mulher, razão/emoção, mente/corpo, história/natureza, objetividade/subjetividade, explica a origem histórica do homem econômico. Nessa história da racionalidade, tanto as mulheres como a família foram excluídas dessa “teleologia social darwinista” (Jennings, 1993, p. 122). Isto é, na medida em que há historicamente uma separação entre o feminino mais relacionado à subjetividade e o masculino à objetividade, fica fácil perceber quais sujeitos e quais conjuntos de interesses são preteridos pela ciência “objetiva” por definição cartesiana. É desse modo que se caracteriza o viés androcêntrico da economia predominante: vai além

do homo economicus, diz respeito à própria estrutura do fazer científico. (GRECCO, 2018, p. 126)

As mulheres que se debruçam sobre a economia, por isso também, vêm proposto um ponto de vista feminista na ciência (HARDING, 1987), alternativo a uma economia enviesada por homens brancos. Suscitando a discussão acerca da ideia de que os homens brotassem da terra, (como cogumelos) alcançassem plena maturidade (Hobbes, 2002 [1642], p. 135) sem que fossem cuidados, como se o indivíduo nascesse já formado e com suas preferências já desenvolvidas: um ser pronto, falsamente autônomo, assim seria natural ignorar todo o trabalho reprodutivo:

O “cogumelo venenoso” (“seta venenosa”), como o denomina Celia Amorós (1992 apud Pérez Orozco, 2014), teria sua versão econômica encarnada em Robinson Crusoe (Pérez Orozco, 2014). Na verdade, foram os próprios economistas que usaram Crusoe como referência para o homo economicus. Ao usarem a história de Defoe, de 1719, tais economistas removeriam Crusoe do mundo de violência, coerção e exploração em que Defoe o descreveu e o colocariam, como agente econômico, em um mundo sem mulheres. Ao projetá-lo em Crusoe por meio de teorias que pretendem ser universais, gerais e naturalizadoras, os economistas tomariam o homem ocidental [branco e capitalista] como a norma humana. Isso revela, também, o quanto suas teorias são histórica e culturalmente situadas, contribuindo para a construção sexista e racista dessa ciência. (GRECCO, 2018, p. 123)

Por essa visão androcêntrica e racista, que põe no cerne o homem branco burguês, é precípua redefinir o conceito de economia e olhar para a interdependência entre a produção de bens e serviços mercantilizados com trabalho de cuidados familiares sem remuneração, evidentemente, este último se mostrará como essencial ao amortecer as contingências negativas para as pessoas em atividade remuneradas, para sindicatos, para teóricos marxistas, feministas, liberais, etc.

Diante disso, o que a economia feminista propõe, em resumo, é uma avaliação e uma reconstrução dos paradigmas predominantes e dominantes da Ciência Econômica, especialmente as concepções de trabalho, tempo de trabalho, formação de valor e outras categorias analíticas circunscritas a este tema. Isto é, as economistas feministas não propõem uma simples junção das análises de gênero às análises econômicas estabelecidas. Não se trata de uma receita diante da qual basta “acrescentar as mulheres e mexer” [add women and stir] (Ferber e Nelson, 1993, p. 06), mas as economistas feministas pretendem uma teoria em que as próprias ferramentas analíticas sejam reinventadas. (GRECCO, 2018, p. 126-127)

Por fim, a economia feminista enseja analisar de forma crítica e ampliar o que se entende por econômico, pois esse não pode desvincular-se da reprodução, já que a existência de uma sociedade depende dessa capacidade, assim como da manutenção dos “recursos naturais e ambientais, que as gerações futuras herdarão. Uma sociedade incapaz de reproduzir suas próprias condições de reprodução está condenada – antes ou depois – a desaparecer.” (CARRASCO, 2018, p. 38-39)

## **2.2 Economia Feminista de Ruptura**

A Economia Feminista se subdivide em vertentes dentre as quais, a de Ruptura é a que dá vazão aos nossos estudos. A Economia Feminista de Ruptura tem seu foco na sustentabilidade da vida humana, como categoria primária de análise, ou seja, o centro da análise é a própria vida, questionando-se, irremediavelmente, o liberalismo e o sistema capitalista. “Entre os acúmulos da perspectiva rupturista, destaca-se a compreensão de que as mulheres não são simplesmente impactadas pelos efeitos do neoliberalismo, e sim, que as políticas de ajuste se sustentam sobre o trabalho das mulheres” (OROZCO, 2017; MORENO, 2018).

[...] para a economia feminista, a economia monetária depende da economia não monetária por razões óbvias, visto que os salários pagos são insuficientes e as famílias dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico e das relações afetivas e emocionais, que não podem ser adquiridas no mercado e são essenciais para o ser humano. (TEIXEIRA, 2018, p. 140)

Por isso, o trabalho doméstico serve ao bem-estar das pessoas, propicia a saúde física e/ou psicológica das famílias. O cuidar restaura o trabalhador que, para casa retorna, após um longo e árduo dia de trabalho, caracterizando um trabalho cíclico, que não termina.

A família, entretanto, define e compõe funções como um alternador: no mundo lá de fora, a direção da energia vai da reprodução de pessoas para a produção de mercadorias (acumulação de capital), enquanto na família esta direção deve ser revertida – ao menos aparentemente – em favor de um processo mais humano pelo qual a reprodução de pessoas é o objetivo final e a produção de mercadorias é apenas o meio. (PICCHIO, 2018, p. 75)

Isso se explicita através da pesquisa, as mulheres foram questionadas sobre suas tarefas domésticas após a maternidade, e 100% afirmaram que as tarefas aumentaram, assim como 100% também afirmaram que há uma divisão de tarefas entre elas e seus companheiros. Apenas a M40 afirmou que essa divisão não é satisfatória, e afirma que o marido e os filhos “ajudam”,

que não há uma real divisão. As demais acreditam numa divisão justa. Em contrapartida, 75% acreditam que o companheiro poderia ser mais proativo no desenvolvimento de suas tarefas domésticas.

Metade das participantes se contradizem, pois, ao passo que, acham justa a divisão, mostram-se insatisfeitas com a forma que as atividades são desenvolvidas pelo parceiro. São unânimes quando afirmam que viver na mesma casa que o companheiro aumentou suas tarefas domésticas, revelando que não há paridade na divisão, mesmo que acreditem haver, e mesmo que contem com o trabalho doméstico de outras mulheres.

Nos dias de trabalho, os pais passam uma média de duas horas e meia com seus filhos, ao passo que as mães, mais de três horas e meia. Embora os pais "ajudem" com tarefas específicas, poucos assumem a responsabilidade regular pelo cuidado dos filhos. Mesmo as mulheres que pagam outras para fazer as tarefas domésticas, geralmente contratam e treinam as empregadas, e supervisionam seu trabalho. É errado imaginar que estas trabalhadoras pagas, por mais que sejam dedicadas, possam substituir a esposa e mãe tradicional. As profissionais mulheres hoje dirigem os lares como as mulheres na Idade Média dirigiam a casa senhorial, supervisionando e coordenando o trabalho doméstico. Além disso, muitas assumem a carga emocional da preocupação com o cuidado adequado prestado aos filhos. (SCHIEBINGER, 2001, p. 192)

Diante disso, o amor da mulher pela família é traduzido no trabalho de cuidar. As mulheres se dedicam extremamente a propiciar o bem-estar da família, inclusive são encarregadas de cuidar não apenas de crianças, idosos, deficientes, mais ainda de homens adultos e saudáveis, que despejam sobre as mães, companheiras, toda a carga emocional advinda do trabalho produtivo e suas demandas capitalistas desumanas. Cabe às mulheres humanizar esses homens e acolher suas dores com um bom prato de comida e uma cama quentinha.

Para tanto, porém, é primordial mais que a disposição ou “pré-disposição” de mulheres para cuidar, pois para produzir e reproduzir é vital, basilar, um meio ambiente equilibrado que sustente as demandas de saúde, alimentação, trabalho de todos os seres sobre a Terra. Por isso para a economia feminista de ruptura:

No nível mais básico, está a natureza, da qual a vida depende e sempre dependeu. Ser sustentáveis nesse primeiro nível mais básico significa manter esta relação de interdependência de nossas sociedades com a natureza, por um caminho coevolutivo – sempre aberto e cambiante – que seja perdurável a partir do ponto de vista dos recursos naturais e serviços ambientais, tanto para as gerações futuras como para as atuais. No entanto, a interação que a economia capitalista, a sociedade patriarcal e a cultura tecnológica androcêntrica mantêm com a natureza são as responsáveis pelos crescentes problemas ecológicos locais e globais. Ao qual se soma – mais além dos

graves problemas de desigualdade, pobreza e miséria já existentes – as novas formas de empobrecimento que derivam da própria degradação ambiental. (CARRASCO, 2018, p. 53)

Portanto, a economia feminista de ruptura visa padrões de vida sustentáveis para toda a população, traz uma definição mais inclusiva de bem-estar, isto é uma forma coletiva de repensar a vida e o capital, o que requer recursos materiais, mas também relações de cuidado e afetividade que são em grande parte proporcionados pelo trabalho não remunerado feito em casa. Assim, é preciso construir novos referenciais teóricos que incluam diferentes atividades e trabalhos como propulsores da economia.

Em suma, discutir as políticas econômicas em outros termos, mudar a perspectiva de análise, reconhecendo e valorizando o trabalho não remunerado, cujo objetivo direto é o cuidado com a vida humana é a proposta dessa vertente, e justamente por isso, é imprescindível que nossas análises teóricas se voltem para as mães que sustentam materialmente e emocionalmente a maior parte dos seres humanos.

### **2.2.1 Economia do Cuidado e a metáfora do iceberg**

A partir da segunda metade do século XX, o apagamento histórico de gênero, passa a ser questionado pelas teorias feministas, rompendo consideravelmente, redomas de opressão de gênero. As feministas denunciaram o profundo androcentrismo da sociedade capitalista. Ao politizar o pessoal, expandiram os limites do protesto para incluir o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução (FRASER, 2015).

Assim, a economia feminista inicia discussões sobre a necessidade de renovação epistemológica da Teoria Econômica para contribuir com a visibilidade do Cuidado como um eixo de sustentabilidade das atividades de produção material da existência humana e um aporte basilar de bem-estar da população em uma escala individual, familiar, interpessoal, institucional e sociocultural.

O trabalho não-remunerado de cuidar foi ignorado na sua relevância, inclusive pela academia, pelos economistas tanto liberais quanto marxistas, assim como, pelo feminismo liberal. Reflexões e/ou preocupações acerca do valor ético e econômico do trabalho de cuidar eram consideradas irrelevantes, apesar de ser esse trabalho que permite a sobrevivência e a evolução de nossa sociedade, sendo, portanto, indispensável à economia e à manutenção do atual sistema capitalista.

Nesse ínterim, o trabalho de cuidar ou doméstico foi ocultado, quando não relacionado à sobrevivência do capitalismo, mas usado pelo capital e pelo homem, que oprime a mulher

dentro lar, ainda que seja um socialista. O que explica, em partes, o fracasso do socialismo, que não considerou a força de trabalho da mulher.

Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal. Hoje, conseqüentemente, eles devem se tornar no foco principal da crítica feminista, conforme buscamos nos distinguir do neoliberalismo e evitar a ressignificação feita por ele. O objetivo, certamente, não é largar a luta contra a autoridade masculina tradicional, a qual permanece um momento necessário da crítica feminista. É, pelo contrário, romper a passagem fácil de tal crítica para seu duplo neoliberal – sobretudo reconectando as lutas contra a sujeição personalizada à crítica a um sistema capitalista, o qual, ainda que prometa liberação, de fato substitui um modo de dominação por outro. (FRASER, 2009, p. 30)

A economia feminista ou economia do cuidado a princípio buscava o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o que tinha sérias implicações políticas, colocando em questão as teorias marxistas. O capitalismo nunca satisfaz totalmente as necessidades dos trabalhadores através da produção, sendo o trabalho doméstico uma parte importante da reprodução e manutenção da força de trabalho.

Ao perspectivar a Economia do Cuidado e a construção das relações de gênero nos deparamos com a invisibilidade do cuidado (o trabalho submerso exercido por mulheres), que embora imprescindível à manutenção do capital, manteve-se invisível. Cristina Carrasco (2003) atribui a invisibilidade do trabalho realizado na esfera privada a dois grandes motivos: o primeiro está relacionado ao caráter ideológico patriarcal, que atribui maior valor às atividades desenvolvidas pelo poder masculino, já que o próprio grupo dominante é responsável pela atribuição de valores; o segundo se relaciona ao funcionamento dos sistemas econômicos, os quais procuram se apresentar como autônomos, ocultando a importância do trabalho de cuidar, essencial à produção e à manutenção da força de trabalho e da vida.

Cuidar é inerente à vida, particularmente, à vida humana, ainda que não somente a ela. É uma parte fundamental da reprodução social, da reprodução das pessoas e da vida humana, comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam despercebidas, mas, sobretudo, porque estão naturalizadas. (CARRASCO, 2003)

Dessa forma, a ponta o iceberg, ou seja, o trabalho remunerado - metáfora grandemente utilizada na Economia do Cuidado - vem sido sustentado pelas bases, sustentando esse peso incalculável estão as mulheres que subsidiam toda a sociedade quando cuidam dos filhos, idosos, doentes, companheiros, casas. Seres humanos compõe uma espécie que sobrevive apenas com esse trabalho sexionado e naturalizado por longos anos.

A representação da forma de funcionamento do sistema através da cadeia de sustentação foi simbolicamente identificada como “economia do iceberg”. Por cima da linha de flutuação estaria o Estado e a produção e o mercado capitalista, espaços que existem há aproximadamente quatro séculos somente. Por outro lado, embaixo da linha estariam a natureza, a economia do cuidado e as comunidades, isto é, os espaços que mantêm a vida humana. Espaços que ficam ocultos à disciplina econômica, o que permite desconsiderar toda a responsabilidade sobre as condições de vida das pessoas. Estes espaços – fundamentos do “iceberg” – são transistêmicos, existiam em todos os sistemas socioeconômicos, ainda que com características distintas, mas sempre com a função de sustentabilidade da vida. (CARRASCO, 2018, p. 55)

Dessa forma, atividades corriqueiras como alimentação e limpeza são necessidades naturalizadas, como se não fosse, alguém que despendesse tempo e trabalho para propiciá-las. Atua, assim, a “mão invisível” (e/ou o sexo invisível) para que tudo esteja sempre em seu devido lugar: “Se (Adam Smith) tinha sua comida garantida, não era só porque os comerciantes serviam a seus próprios interesses através do comércio. Adam Smith também tinha sua comida garantida porque sua mãe se encarregava de colocá-la na mesa todos os dias” (MARÇAL, 2016, p. 29). Obviamente Adam Smith olhou de modo generificado, pois na obra “Riqueza das Nações” auferia que o trabalho doméstico devia ser feito pelas mulheres por razões naturais (2012, p. 387). Também era considerado por ele um trabalho sem valor econômico por desaparecer e, por isso, elas não teriam direitos políticos.

Compreendendo o fato de que o sufrágio ou a luta pela liberdade de trabalhar foram lutas burguesas, já que a mulher pobre sempre trabalhou de forma remunerada ou não, é primordial um ponto de vista decolonial que realmente enxergue as lutas e demandas de mulheres do Sul global e os atravessamentos com o Norte. Isso porque a opressão/exploração não se dá desassociada da classe e/ou raça, a mulher pobre se diferencia da mulher de classe média, que se diferencia da negra ou da indígena.

Assim, a partir de a segunda onda feminista iniciou-se uma discussão acerca da divisão sexual do trabalho, dentro e fora dos lares, por consequência, sobre o trabalho doméstico que se estende à atualidade, e é uma das bandeiras de luta dos movimentos feministas.

O trabalho doméstico é visto como uma questão fundamental da opressão feminina, portanto, é óbvia a necessidade de valorização social, e até monetária como propõe Federici (2019), do trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres.

Cristina Carrasco resume que “não se aceita que, além do trabalho de mercado, possam existir outros trabalhos com igual ou maior valorização social” (CARRASCO, 2008, p. 99). “O problema seria aquilo que o trabalho doméstico não é: ele não tem ciclos de acumulação, não estabelece relações salarizadas e seus produtos não têm preço no mercado” (TORRES, 1988, p.

03). Isto é, a medição desse trabalho, em termos estatísticos, é difícil, sendo o mesmo subestimado. Em suma, “a falta de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado impede de avaliar a real contribuição econômica das mulheres” (ARRIAGADA, 2007, p. 244). Enfim, é um trabalho que não se encaixa nos conceitos de trabalho regularmente utilizados, portanto, não produtiva para os moldes capitalistas.

Por consequência, “as mulheres são economicamente exploradas no trabalho, mas também são exploradas psicologicamente. São educadas pela ideologia sexista a desvalorizar a contribuição de sua força de trabalho” (HOOKS, 2019, p. 149). Por isso, sequer as mulheres, na maioria das vezes, olham seu trabalho com o devido valor, sendo substancial, por fim, um olhar atencioso às demandas que sustentam a sociedade em que vivemos.

### **2.3 O Trabalho das Mulheres: Imbricações de Gênero, Classe e Raça**

Frederich Engels (1884) afirmava que a sujeição da mulher é produto das relações sociais, logo pode ser modificada, porém a divisão do trabalho masculino e feminino é algo natural (biológico), reafirmando o mito do homem caçador e da mulher que cuida da casa. Assim Engels reproduziu um estereótipo que ainda persiste. Apesar de ser contra a concepção naturalista de dominação, analisa o trabalho doméstico como algo naturalmente feminino (TRAT, 2014). Em outras palavras, as relações sociais podem ser modificadas, sexo biológico não é o determinante eterno das relações, porém é o determinante precípua da dominação e exploração de mulheres, inclusive no que se trata do trabalho remunerado.

O que não quer dizer que as mulheres não exerceram trabalhos remunerados ou ditos masculinos quando necessário e possível. Pierre Naville argumenta que a separação dos sexos não tem nada de natural, que as “inferioridades físicas” da mulher não a impediriam de exercer qualquer trabalho, mas que “o problema consiste precisamente em criar condições sociais, biológicas, pedagógicas e tecnológicas nas quais as mulheres possam participar da vida profissional da nação sem prejudicar sua natureza física particular.” (In: LALLEMENT, 2014, p.375).

Ele ainda salienta que quando foi preciso, as profissões femininas migraram para transportes e mecânica sem dificuldades para atender a demanda. Desse modo, a noção de aptidões é ilusória. A existência de desigualdades profundas projeta nos jovens a noção de que o trabalho exercido pelo homem é mais significativo, desvalorizando aquele exercido pela mulher, assim, não somente o sistema não é simétrico em relação à força de trabalho, como isso



reflete nas relações sociais constantemente, o que explica os trabalhos ditos femininos ainda serem mal remunerados. Para a professora Magda de Almeida Neves:

O percentual de mulheres que recebem as menores faixas salariais (até 2 salários mínimos) é superior ao dos homens, sendo que o percentual de homens que recebem as maiores faixas salariais (mais de 10 salários mínimos) é superior ao das mulheres. Por sua vez, o número de mulheres que não possuem rendimentos é superior ao dos homens. (NEVES, 2007, p. 14-15)

Após a Segunda Guerra Mundial se instaura ainda mais essa divisão de trabalho entre homens e mulheres, que valoriza o modelo do homem que seria o “ganha-pão” (LALLEMENT, 2014, p. 379) e desvaloriza o da mulher, criando o mito da mulher inativa, que se limita ao trabalho doméstico, apagado e ignorado por não ser considerado produtivo. Aqui tem início o apagamento do trabalho de cuidar. (NAVILLE, 1948)

Nesse contexto, desmistifica-se essa ideia, ao passo que a pesquisa demonstrou que a respeito de renda do casal, 75% tem renda essencial à economia doméstica, 75% também afirmam que sua renda e a do companheiro se equivalem. Ou seja, se a maioria trabalha e recebe de forma parecida, embora não dividam tarefas de forma igual.

Mesmo em famílias onde a mulher é o principal ganha-pão, os homens não dividem as responsabilidades domésticas igualmente. Um estudo recente relatou que, embora 85 por cento de mulheres executivas de alto cargo ganhem mais do que seus maridos, 49 por cento ainda têm a responsabilidade mais importante pelas tarefas domésticas, e 56 por cento têm a responsabilidade básica pelo cuidado com as crianças. (SCHIEBINGER, 2001, p. 192)

M39 pontuou: “Uma vez meu esposo me disse que ele era o responsável por pagar o financiamento da casa, deixei bem claro pra ele que enquanto ele pagava a parcela da casa eu “segurava” as pontas de outras dívidas, inclusive pontuei todas elas e a partir daí deixei de pagar algumas contas que pagava atribuindo a ele a responsabilidade.”

Fato é que o cuidar gera uma renda, que apesar de não ser calculada, é imprescindível para o sustento de qualquer família, infelizmente, os companheiros, de forma genérica, têm dificuldades de entender e reconhecer isso, o que decisivamente sobrecarrega a mulher e coloca suas necessidades no final da fila familiar.

Sociólogos reconhecidos tentaram justificar essa repartição de papéis que se impõe ao imaginário ocidental. No entanto, a linha é tênue, entre as tarefas domésticas e o trabalho considerado produtivo, para as mulheres que precisam se dividir entre as duas formas de trabalho.

### 2.3.1 Mulheres: O eterno proletariado

Para Christine Delphy o homem seria o burguês e a mulher o proletário, analogia, inspirada em Engels (LALLEMENT, 2014). Nessa orientação, Silvia Federici afirma que

Todas nós somos donas de casa porque, não importa onde estamos, os homens sempre podem contar com mais trabalho nosso, com o medo de apresentarmos nossas demandas, e menos insistência de nossa parte para que essas exigências sejam atendidas, pois, presumivelmente, nossa mente é direcionada para um outro lugar, para o homem que, no nosso presente ou no nosso futuro, “cuidará de nós”. E nós também nos iludimos ao pensar que podemos escapar do trabalho doméstico. (FEDERICI, 2019, p. 53)

Consequentemente, as mulheres sempre serão “proletárias”, em outras palavras, suas demandas sempre estarão em segundo plano, apesar de as precursoras feministas, mulheres brancas e burguesas, não terem dimensionado o fato de que o trabalho doméstico não as deixaria de oprimir caso trabalhassem fora de casa.

Em muitos escritos feministas, a atitude em relação ao trabalho reflete o viés de classe burguês. As mulheres de classe média que moldaram o pensamento feminista deram como certo que a maior parte dos problemas sofridos pelas mulheres decorria da sua necessidade de sair de casa e trabalhar – de deixar de ser “apenas” uma dona de casa. (HOOKS, 2019, p. 139)

A crítica a esse feminismo burguês foi feita pelas feministas socialistas que denunciavam essa vertente pela busca da igualdade sem questionar seus próprios privilégios, mantidos dentro da ordem social estabelecida. As pioneiras não refletiram acerca das mulheres além de seu âmbito, não foram capazes de ultrapassar as redomas da classe média, pois se tivessem ultrapassado, certamente teriam se deparado com as condições degradantes em que as mulheres pobres se encontravam, trabalhando dentro e fora de casa.

Quando essas mulheres (burguesas) falavam de trabalho, elas estavam se referindo a carreiras bem remuneradas, não aos empregos de baixa remuneração, os chamados trabalhos “subalternos”. Elas estavam tão mergulhadas em sua própria experiência que até ignoraram o fato de que a vasta maioria das mulheres (inclusive na época em que *Feminine Mystique* foi lançado) já estava trabalhando fora de casa, em empregos que não só não as libertavam da dependência dos homens, como não lhes garantiam a autossuficiência econômica. (HOOKS, 2019, p. 139)

Em consonância, Silvia Federici reafirma que, um segundo trabalho, ou seja, um trabalho remunerado fora de casa, não contribuiu com a libertação das mulheres como se acreditava a princípio:

Conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos. Além disso, uma mulher, trabalhando em tempo integral fora ou dentro de casa, casada ou solteira, tem que gastar horas de trabalho na reprodução da sua própria força de trabalho, e as mulheres bem sabem a tirania dessa tarefa, pois um vestido bonito e um cabelo arrumado são condições para arranjar um emprego, tanto no mercado conjugal quanto no mercado de trabalho assalariado. (FEDERICI, 2019, p. 69)

O mercado de trabalho abriu as portas (dos fundos) para mulheres, e a passagem é estreita, por ela adentram aquelas que se adequam, moldam-se às imposições capitalistas e patriarcais. Embora a independência financeira livre as mulheres de humilhações no âmbito familiar, não as livra dos subempregos e exploração, tão pouco das obrigações com o cuidado da família, ainda que solteiras ou sem filhos.

As mulheres geralmente usam o mercado de trabalho para escapar das formas de dependência pessoal inerentes às relações patriarcais: mas acabam com uma carga de trabalho maior e geralmente não conseguem escapar da armadilha de baixos salários e pobreza. Na verdade, acontece que, por um lado, ganham alguma liberdade pessoal por meio da redução das imposições pessoais que restringem sua liberdade de ação, e, por outro lado, as mulheres estão mais pressionadas a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho devido a um aumento histórico generalizado da insegurança do acesso dos trabalhadores aos meios de subsistência. (PICCHIO, 2018, p. 92)

Afinal, é preciso compreender que o capitalismo marca a diferença de classe na opressão patriarcal. Essa diferença diz respeito, inclusive, às formas de combate possíveis dentro da violência patriarcal impetrada (VAZQUES, 2018). Entretanto, mulheres são oprimidas por serem mulheres. Mulheres da classe trabalhadora, além da opressão patriarcal, sofrem a exploração de classe.

Nessa lógica, as feministas socialistas introduziram a importância de se pensar a classe dentro do movimento feminista, para Cecília Toledo,

[...] é preciso polemizar com essa postura porque, ao centrar a opressão da mulher na desigualdade de gênero, restringe-se sua luta aos marcos do capitalismo – tornando-a uma luta por reformas dentro do sistema capitalista – e ignora-se o problema de classe, levando a uma política de buscar unir todas as mulheres, independente da posição que ocupam no modo de produção (TOLEDO, 2001, p. 77).

Em contrapartida, “no interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise” (SCOTT, 1989, p. 13). Para a autora, “as feministas marxistas sobrepõem as questões econômicas às de gênero e, na ânsia de “encaixar” as análises sobre a questão da mulher no escopo geral da luta de classes, não permitiram o desenvolvimento de novas perspectivas de análise.” (VAZQUES, 2018, p. 139).

Para o feminismo marxista:

Com o conceito de gênero pretendia-se uma alternativa a um viés naturalista e segmentado, aportado em indivíduos em si (mulheres e homens). Gênero mais apontaria para relações sociais, portanto apelando para sua dialética articulação com outras relações, ou seja, seria um estruturante da totalidade social, que permitiria sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo (que tanto contaminaram os debates sobre a questão da mulher). Ironicamente, o conceito de gênero, hoje, é congelado, reduzido a termo de posição, e, como tal, é peça chave no investimento das agências internacionais de apoio a um sistema de organizações não-governamentais que lidariam com direitos das mulheres, sem subverter, ao contrário, o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns. (CASTRO, 2000, p. 100-101)

Logo,

O marxismo, nos debates feministas, é aquele texto fantasma, o outro, que se aceita, critica-se, mas que não se ignora, porque epistemologicamente está imbricado com seus princípios identitários. Tanto no marxismo como no feminismo, haveria a preocupação por questionar relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder (no caso do feminismo, entre os sexos e pela institucionalização da supremacia masculina). (CASTRO, 2000, p. 98)

Obviamente, a exploração de classe que atinge o conjunto do proletariado, atinge a mulher, e a opressão patriarcal pode ser e é perpetuada, ainda, em meio a sua própria classe.

[...] o patriarcado foi um conceito muito importante para todas nós, e digo isso porque eu estava ali também. Hoje já não se pode pensá-lo como um sistema de opressão universal. Não somente todos os homens não são patriarcas, mas ao mesmo tempo é algo muito mais complexo pensar o que é o patriarcado, e que todas nós, todas as feministas, pensamos de forma igual ou mesmo que seríamos todas sororas. O patriarcado é um sistema que tem raça, classe e sexualidade.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Entrevista com Ochy Curiel. Disponível em: Vol 03, N. 04 - Out. - Dez., 2017, p. 117. <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>

Ou seja, o patriarcado funciona como um sistema de poder no qual se assenta o capitalismo, e os homens da classe trabalhadora também exercem as violências de classe e/ou raça além das de gênero.

Gênero <sup>9</sup>, afinal, não pode ser lido autonomamente, sem se pensar em classe, em trabalho. Não só a categoria gênero, como também raça e sexo, devem fazer uma leitura que vá à raiz da opressão. Haja vista que o feminismo marxista afirma que o capitalismo, apesar de não inventar a opressão de gênero, apropriou-se dela a seu favor.

Para compreender a exploração de classe e a exploração de gênero é necessário reconhecer a relação funcional específica entre produção e reprodução. Isso não significa em absoluto que a organização política do conflito entre os sexos possa ser confinada dentro dos limites estritos dos sindicatos ou outras organizações históricas do movimento trabalhista. Essas organizações são tão patriarcais e chauvinistas que permitem pouco espaço para a necessária manifestação dos conflitos entre os sexos – na verdade, elas não estão nem abertas a uma crítica radical da exploração de classes. Elas tomam como garantido que as mulheres, com seu trabalho doméstico, absorverão as condições inseguras da reprodução que são endêmicas no trabalho assalariado. (PICCHIO, 2018, p. 98-99)

Em corroboração, Elizabeth Souza-Lobo (1991) explicita que uma luta anticapitalista que ignore as relações de gênero é uma luta que tolera e legítima a exploração das mulheres. Justamente por isso é de suma importância uma análise mais objetiva quando nos posicionamos politicamente, já que esquerda e direita tem sido faces da mesma moeda quando a pauta são direitos das mulheres e por extensão, das crianças.

### **2.3.2 Divisão Sexual do Trabalho da (na) Educação: Um olhar Decolonial**

O sistema educacional prevalece nas exigências do sistema produtivo, assegurando desigualdades, posto que, a mulheres sempre receberam qualificação inferior, permanecendo em menor número nas profissões de prestígio, assim, as divisões sociais do trabalho acabam que se sobressaem às capacidades individuais, o que claramente desconstrói os discursos meritocráticos.

Outra problematização fundamental expõe as hierarquias entre as mulheres, categoria a ser definida ou indefinida, mostrando que os privilégios de classe as posicionam

---

<sup>9</sup> E através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Visando "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual", elas desejam acentuar, através da linguagem, "o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" (Scott, 1995, p. 72). O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. (LOURO, 2015, p. 06)

diferentemente. É essa aproximação do problema que Saffioti (2013, p. 133) expressou ao dizer que “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada”.

Em “Calibã e a Bruxa”, Silvia Federici explica que a escravidão termina para que os trabalhadores livres vendessem sua força de trabalho e pagassem pelos meios de vida, porém, esse processo só foi possível na Europa ocidental através da escravização e colonização da Ásia, África e das Américas. Destarte, para a expansão do sistema capitalista, foi necessária a destituição do poder das mulheres, de forma a submetê-las à esfera privada e doméstica. Somente assim seria possível que as estruturas estatal e patriarcal tomassem forma através da negociação direta com o homem assalariado, o trabalhador livre.

Assim, é preciso ampliar o debate, pois, para Curiel (2007, p. 113)

A divisão sexual do trabalho, isso que antes dizíamos que as mulheres estavam na esfera privada e os homens, na esfera pública, temos que nos perguntar quais as mulheres que se mantiveram na esfera doméstica! São fundamentalmente as empobrecidas e as negras que têm que fazer o trabalho das mulheres, incluindo as feministas. Então, o feminismo hegemônico também reproduziu tudo isto: as categorias de pensamento numa lógica racista, heterocentrada e ocidental.<sup>10</sup>

Inexoravelmente, essa lógica (racista e heterocentrada) tem sustentado a feminização da pobreza, e desta realidade grande parte das miseráveis são mulheres e negras, e pessoas sob seus cuidados. Por isso, entender a lógica colonial, é basilar, no que diz respeito a gênero, já que as mulheres do sul global irremediavelmente foram exploradas pela raça, mas também pelo gênero.

A mulher colonizada foi considerada uma categoria vazia “nenhuma mulher é colonizada, nenhuma fêmea colonizada é mulher” (LUGONES, 2014, p. 939). Sendo assim, a colonialidade de gênero presente e constitutiva do sistema capitalista mundial configura o processo colonial demonstrando que as mulheres colonizadas não eram vistas como mulheres, mas fêmeas bestializadas.

Lugones (2014), afirma ainda que, nas sociedades pré-coloniais, não havia um sistema patriarcal, ou seja, a ideia de gênero enquanto constituinte de um sistema foi introduzida a partir da colonização, retomando o pensamento da filósofa feminista nigeriana Oyéronké Oyewùmi (2021), esta, por sua vez, observou a questão de gênero na Nigéria e concluiu que as

---

<sup>10</sup> Entrevista com Ochy Curiel. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em 05 de março de 2021.

divisões eram baseadas nos papéis sociais, porém, a partir do processo de colonização, machos e fêmeas foram classificados e categorizados, inclusive enquanto raças: branca, negra, etc. Isto é, a mulher africana foi duplamente valorada de forma negativa, enquanto mulher e enquanto mulher negra.

O próprio processo pelo qual as fêmeas foram categorizadas e reduzidas a “mulheres” as tornou inelegíveis para papéis de liderança. A base dessa exclusão foi a sua biologia, um processo que foi um novo desenvolvimento na sociedade iorubá. O surgimento da mulher como categoria identificável, definida por sua anatomia e subordinada aos homens em todas as situações, resultou, em parte, da imposição de um Estado colonial patriarcal. Para as fêmeas, a colonização era um duplo processo de inferiorização racial e subordinação de gênero. (OYEWÙMI, 2021, p. 189)

Ou seja, o homem europeu estava no topo da hierarquia, era o colonizador, a mulher (do colonizador) estava em segundo plano desde sempre, no entanto quando chega ao Sul se coloca um patamar acima do homem nativo, sendo assim, a mulher nativa, a negra, a indígena, foi e é o mais baixo estrato social.

O Imperialismo chega no continente Africano e Americano partindo da lógica patriarcal, apesar de muitos povos do Sul não serem patriarcais a princípio, tudo o que era originário foi devastado, questionado e transformado pelo homem europeu e seu grande aliado: o cristianismo.

A introdução do cristianismo e da educação ocidental foi fundamental para a estratificação da sociedade colonial, tanto na posição de classe, quanto de gênero. A desvantagem inicial das mulheres no sistema educacional é, sem dúvida, o principal determinante da inferioridade das mulheres e da falta de acesso a recursos no período colonial e, de fato, no período contemporâneo. (OYEWÙMI, 2021, p. 195)

Esse processo de inferiorização é sustentado pelas premissas educacionais propostas na colônia, que atravessaram séculos e prevalecem impactando no sistema educacional atual.

Para as missões cristãs, meninas e meninos precisavam ser educados, mas para diferentes lugares na nova sociedade que os colonizadores estavam construindo. Assim, foi dada prioridade à educação masculina, e foram tomadas providências para alguma forma de educação superior para machos em alguns lugares. (OYEWÙMI, 2021, p. 197)

No continente Africano, à semelhança do que aconteceu na América, era importante que as meninas fossem treinadas para a manutenção da família, base da sociedade patriarcal, pois, para a autora já citada “é explícito que a educação das mulheres não era irrelevante para o

esquema dos missionários. De fato, eles tinham um grande interesse em produzir mães que seriam o fundamento das famílias cristãs.” (p. 197)

Oyéronké Oyewùmi (2021) explica que a educação das meninas se tornou fundamental, apesar de completamente diferente e excludente em relação aos meninos, pois era a única saída para se “casar bem”. “O maior medo das famílias Sàrós era a possibilidade real de que suas filhas fizessem um “casamento ruim”, significando a forma tradicional de casamento iorubá, que permite que um homem se case com mais de uma esposa.” (p. 202)

Em síntese, não há de se estranhar quando pensamos que casar fosse e, talvez, ainda seja, para a maioria das mulheres, o destino mais possível ou adequado, mantendo-as cativas a uma hierarquia profundamente fixa.

### **2.3.3 Professora: A profissão possível (?)**

Diante desse panorama em que à mulher, “casar bem” era a profissão possível, aquelas que ainda assim se mostravam insatisfeitas, restava-lhes serem professoras! Certamente, quando pensamos sob esse prisma, trabalhar fora se configura um sonho burguês, uma demanda de mulheres brancas em sua maioria, todavia, colonizadas.

Peço licença ao meu interlocutor, pois uma história pessoal ilustra bem o que almejo explicitar:

Certa vez, quando eu cursava Letras, um professor dos mais antigos e antiquados da universidade, disse, em claro e bom tom, que Letras era um curso “espera marido”, a sala repleta de mulheres indagava aquela afirmação, tão logo percebemos que nosso mestre acreditava que estávamos ali, não só para tornarmo-nos professoras, mas para termos uma educação distinta, e assim, “fisgar” um bom partido, um homem bem sucedido que naturalmente precisaria de uma esposa que usasse bem as palavras e não fizesse feio diante da sociedade, uma professora, maternal, feminina, porém, letrada. Essa anedota parece do início do século XX, mas aconteceu no início do século XXI.

Tradicionalmente, a sociedade heteropatriarcal <sup>11</sup> associa que os homens são os provedores, enquanto que as mulheres têm perfil maternal e acolhedor. Deste modo, cabe às mulheres a responsabilidade de cuidar das tarefas domésticas, dos mais necessitados, dos doentes, e claro, das crianças e adolescentes. Assim, o argumento que legitima a professora não

---

<sup>11</sup> Conceito que explicita a heterossexualidade como compulsória que compõe um sistema sexopolítico, podendo ser nomeado como “heterocapitalismo” ou “heteropatriarcado” (COLPANI, 2015).



é “o elemento intelectual, mas seus “instintos” maternos [...] a imagem sacralizada da mãe transpõe-se para a professora.” (SFORINI, 1997, p. 752)

Para onde quer que olhemos, podemos observar que os trabalhos executados por mulheres são meras extensões da condição de donas de casa em todas as suas facetas. Não apenas nos tornamos enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias — todas as funções para as quais fomos treinadas dentro de casa [...] (FEDERICI, 2004, p. 50)

Para a socióloga Magda de Almeida Neves, da PUC-Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

[...] a sociedade brasileira associa a função do professor a características geralmente consideradas femininas, como a atenção, a delicadeza e a meiguice. Esses predicados são comumente associados aos de uma mãe e, para possuí-los não é necessária qualificação profissional. Com isso, os salários do magistério podem ter sofrido impactos, se desvalorizando frente a outras profissões e fazendo com que a Educação permaneça como um "gueto feminino no mercado de trabalho" [...] <sup>12</sup>

Assim, algumas profissões são conhecidas como “guetos femininos” no mercado de trabalho, tradicionalmente, as mulheres são professoras, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, recepcionistas. Por isso, nas escolas, geralmente os profissionais são em sua maioria mulheres, da mesma forma, cursos de magistério e Pedagogia também são majoritariamente femininos, basicamente por representarem formações acadêmicas de professores para atuação específica com crianças (BRUSCHINI, 1998).

O que se explica pois, no Brasil, até o início do século XX, a aprendizagem oferecida às meninas (burguesas) era a doméstica. Pouco depois, àquelas, que desejassem trabalhar, era aceitável (possível) que fossem professoras, pois ser professora era, antes de mais nada, “cuidar de crianças”, para Louro (1997, p. 96):

Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais, constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas. Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc.

---

<sup>12</sup> Entrevista com a professora Magda de Almeida Neves. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-professores-da-educacao-basica-sao-mulheres.htm>. Acesso em: 04 de agosto de 2016.

Contudo, Louro apresenta outra face dessa feminização do magistério quando expõe a resistência das pioneiras, que não adentraram esse mercado sem questionamentos:

A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns, parecia completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças. (LOURO, 2001, p. 450)

“Cabe destacar ainda que o Brasil, nos anos 1960 adentrou ao processo de reestruturação capitalista cuja prerrogativa de organização contemplava o trabalho feminino.” (OLIVEIRA, 2019, p. 84) O que provavelmente influenciou na “permissão” alcançada pelas mulheres para que adentrassem esse mercado, mas não sem lutas e resistência.

Louro (2001) ainda complementa que as mulheres se dedicavam ao magistério até se casarem ou se tornarem mães, pois esses eram, de fato, os maiores objetivos de todas as mulheres. No entanto, havia aquelas que se revelavam inaptas ao casamento “feias e solteironas” que seguiam no magistério como alternativa à prostração.

Em consonância, é imprescindível associar o trabalho de educar como parte do cuidar, que é invisível socialmente, por assim dizer, apagado da economia clássica, não sendo considerado parte motora do capital. Em outras palavras, o cuidar, e por consequência, o educar, é visto como habilidade feminina, destarte, não é preciso formação, nem remuneração que sejam compatíveis ao trabalho árduo. “Assim, a concepção do magistério como uma extensão da maternidade, como um exercício de doação e amor, como uma atividade que exigia uma entrega” (LOURO, 1997, p. 104), justifica a proletarização do trabalho de ensinar, a professora Mariana Esteves de Oliveira (2019) relembra, oportunamente, a provocação do então governador do estado de São Paulo, nos anos 1980, Paulo Maluf:

O político afirmou que “professora não é mal paga, é mal casada!”, causando, com razão, revolta na categoria e transformando a frase em mote de ampla discussão.[...] Com isso, podemos considerar que as mulheres professoras são duplamente oprimidas, no campo do trabalho, por meio da exploração e precarização, e no campo do gênero, através, inclusive, do machismo institucional, que se materializou na desvalorização da própria profissão. (OLIVEIRA, 2019, p. 85)

Em consonância:

O pressuposto de que um profissional teria uma esposa no lar manifestou-se no salário "família" que os homens geralmente recebiam. (Na mesma época,

os salários das mulheres eram tipicamente considerados suplementares e não essenciais à sua sobrevivência, mesmo se fossem solteiras, divorciadas ou viúvas.) Embora os salários dos homens ainda sejam em média superiores aos das mulheres, eles não se justificam mais enquanto salários-família. Embora muitos profissionais homens ainda sejam casados com donas-de-casa, quase todas as profissionais mulheres são casadas com profissionais homens. Um homem que fica em casa é um luxo raro. (SCHIEBINGER, 2001, p. 188)

Ou seja, os salários nessas profissões são baixos, porque a remuneração da mulher se deu pelas "qualidades femininas" exigidas nas funções e como complementação à renda familiar, partindo de um pressuposto sexista de que o homem sustentaria a família, o que se confirma quando constatamos que os maiores salários da educação estão em nível superior, onde, tradicionalmente há mais homens que mulheres, por fim, os "professores (homens) das altas ciências, como matemática, lecionavam nos secundários e, por isso, recebiam melhores salários." (OLIVEIRA, 2019, p. 83)

Em suma, a história da professora é reflexo de uma divisão sexual do trabalho que se deu a partir da exploração de nossos corpos, do nosso sexo e trabalho reprodutivo. O nascer mulher destinou nossos corpos e nossa socialização, entre os requisitos que nos tornam mulheres estão aqueles indispensáveis a uma boa mãe e, por fim, a uma boa professora. Pode-se afirmar, enfim, que a própria precarização, proletarização do trabalho das professoras e professores é o resultado da desvalorização do cuidar, das atribuições femininas, do machismo, e dos pilares heteropatriarcais profundos.

Ademais, ao analisar os cursos superiores tradicionalmente "masculinos" observa-se o inverso, a presença de estudantes e professores é massivamente masculina, ou seja, ser professora é "profissão de mulher" desde que não seja na área de exatas e tecnologia, já que tais estudos não seriam pertinentes e possíveis ao cérebro feminino, "naturalmente" voltado ao cuidado. Aqui é importante ressaltar o que uma das pesquisadas expõe a partir dessa questão:

"Questão 44 - Se no decorrer do questionário você se lembrou de algum acontecimento ou sentiu o desejo de expor algo relacionado à temática, utilize esse espaço.":

[...] são várias situações, sou da área de exatas, quando vou a um congresso a maioria dos congressistas são homens, e tem-se essa infeliz imagem que é uma área majoritariamente masculina. Nos cursos que dou aula, igualmente, mulheres são minoria. Por isso me sinto uma referência para a nova geração.  
(M39)

O que se evidencia, isto posto, é a resistente presença das professoras, sujeitos desse estudo, nesses ambientes masculinizados da educação. Corrobora o fato de que apenas 4

(quatro) professoras responderam ao questionário, o que, por si só, já revela a escassez dessas profissionais.

### 2.3.3.1 “E quem cuida das professoras?”

Como parte da última questão, para fomentar a reflexão, propus a leitura da frase icônica de Silvia Federici “O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado.” e perguntei o que pensavam sobre. O sentimento de serem exploradas veio à tona:

M40: “Sinto o quanto somos exploradas”; M27: “Trabalho não remunerado para um objetivo, que exige esforço, dedicação, tempo. Por outro lado, para mim, também é preciso amor em certos momentos, como em cozinhar, se não estiver bem, com paz de espírito não dá nada certo.”; M35: “Sinto que o amor se tornou uma obrigação.”; M39: “Tem os dois lados da moeda, em um contexto em que a mulher é sobrecarregada com a dupla jornada e que a família é educada pra ver isso como uma obrigação dela sim.... não passa de um trabalho remunerado. Mas se a família já tem uma orientação diferente, quando todos entende que não é obrigação de A ou de B, então as ações da mulher mãe é pra provocara bem esta e desejo de cuidado logo se torna ato de amor.”

Ademais, essa exaustão se intensificou em tempos pandêmicos, e foi preciso, além da pesquisa original, expor esse novo contexto aqui, apesar de não utilizar a “fala” das pesquisadas, posto que os questionários foram aprovados pelo comitê de ética muito antes da pandemia

O bem-estar das mulheres já era remediado, com a pandemia de Covid-19, desde o início de 2020, as mulheres tem enfrentado desafios ainda mais árduos.

La crisis social y económica que se ha vivido a nivel mundial producto de la pandemia COVID-19 ha visibiliza-do las labores que a diario realizan las mujeres en sus hogares, sin asignarles la relevancia que merecen. Por el contrario, estas labores de cuidado no remunerado son vistas de manera desinteresada dentro de los modelos económicos y políticos de los países (CEPAL, 2020). De-bido al aislamiento social para evitar la propagación del COVID-19, la carga de trabajos de cuidados que se llevan a cabo en los hogares (domésticos, cuidados de niños, ancianos o enfermos) ha aumentado dramáticamente, en especial para las mujeres (Actis Di Pasquale, Barbo-ni, Florio, Ibarra y Savino, 2020; ONU\_Mujeres y CEPAL, 2020). Según la CEPAL (2020), las cifras que está dejando la pandemia para las mujeres indican que se está retroce-diendo en diez años los avances que en materia de equidad se habían alcanzado. (MALAVER-FONSECA *et al*, 2021, p. 159)

Se por um lado, o ensino remoto sobrecarregou as professoras-mães, por outro lado, na falta ocasional das instituições que cuidam, mães têm abandonado seus postos de trabalho,

levado as crianças consigo ou trabalhado remotamente em meio ao caos, ficando ainda mais sobrecarregadas durante o isolamento:

De acordo com uma pesquisa Datafolha, durante a pandemia as mulheres vêm sendo mais sobrecarregada que os homens quando o assunto são finanças, vida profissional e cuidados com a casa e com a família. A justificativa é que o trabalho remoto somado as demandas domésticas gerou uma crise do cuidado. A pesquisa afirmou que 57% das mulheres que passaram a trabalhar em regime de home office disseram ter acumulado a maior parte dos cuidados com a casa. Entre os homens, esse percentual cai 21%. Uma outra pesquisa, realizada pela Gênero e Número em parceria com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), detalhou que uma maioria absoluta das mulheres entrevistadas teve aumento da demanda de preparar ou servir alimentos (80,5%), lavar louça (81%) e limpar a casa (81%). Além disso, para 64% das entrevistadas a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidado dificulta a realização do trabalho remunerado, e 40% afirmam que a pandemia e o isolamento social colocaram o sustento da casa em risco.<sup>13</sup>

Creches e escolas permitem às mães sua entrada e permanência no mercado de trabalho, através dessas instituições escolares, as mulheres, que tradicionalmente são responsabilizadas pelo cuidado dos filhos, passaram a pleitear oportunidades de trabalho e subsistência enquanto seus filhos são acolhidos e cuidados por outras mulheres. Contudo:

Quando o Estado assume responsabilidades diretas em relação à reprodução, nunca pretende substituir o trabalho doméstico, mas apenas complementá-lo. As obrigações domésticas da mulher são sempre tacitamente aceitas na formulação de políticas sociais. Os serviços de saúde e as escolas não poderiam funcionar se não fossem sustentados por muito trabalho doméstico dentro da família. O viés é ainda mais evidente na prestação de serviços de enfermagem, creches e educação infantil. É sempre dado por certo, de forma implícita ou explícita, que os lugares serão alocados aos filhos das mães empregadas, reforçando assim a responsabilidade específica das mães, ao invés de reconhecer a Trabalho feminino no cerne: responsabilidade pública social pelas crianças. A alocação de recursos públicos em vários níveis institucionais baseia-se sempre no princípio de que é basicamente responsabilidade da mãe resolver problemas relacionados às crianças. Assume-se geralmente que o trabalho e a energia das mulheres são ilimitados e não impõem restrições à política social. (PICCHIO, 2018, p. 94-95)

À vista disso, o trabalho invisível das professoras, que antes era o de cuidar, dentro de suas casas, como o de todas as mulheres (em algum grau), agora é também o produtivo e remunerado. O senso comum disseminou a ideia de que trabalhar em casa é mais fácil ou nem se trabalha de fato. Assim, entre choros, pia cheia e panelas vazias, as professoras-mães têm

---

<sup>13</sup> Texto disponível em: <http://feebbase.com.br/site/mais-noticias/mulheres-ficam-sobrecarregadas-durante-pandemia>. Acesso em ago. de 2020.

gravado aulas, atendido alunos via aplicativos, corrigido calhamaços de atividades, e mais uma vez ocultas, agora duplamente. Homens em trabalho remoto descobriram novas habilidades e, em muitos casos, tornaram-se mais proativos em relação ao cuidar, mas não assumiram a carga mental ou física da mulher.

Nesse contexto é que surge a máxima “E quem cuida de quem cuida?” As professoras-mães, sem outras mulheres cuidadoras tem enfrentado a jornada tripla (de sempre), só que agora, no mesmo cenário, suas casas. O cuidar, o lecionar, tudo se misturou com o medo, o cansaço, e explicitou como o cuidar deve ser visto como algo absolutamente vital, pois:

Não se trata, portanto, de que alguém queira ou não fazê-los, nem de que se goste ou não; é simplesmente uma condição humana e é preciso realizá-las. Negar os cuidados é negar a própria vida. Neste sentido, o cuidado tem uma dupla dimensão: por um lado, é um direito individual, por outro, é uma responsabilidade coletiva. Se a sociedade nos permite viver através do cuidado, todos e todas deveríamos participar do cuidado dos e das demais. O cuidado não é um assunto de mulheres. (CARRASCO, 2018, p. 48).

Esse novo paradigma contribui ainda mais para o trabalho realizado em casa permaneça de forma “oculta, possibilitando formas muito desiguais de distribuição de renda, da riqueza e do tempo de trabalho de acordo com o sexo/gênero, que têm diferentes consequências na vida de mulheres e homens” (CARRASCO, 2018, p. 42). Obviamente, na vida das mulheres, o impacto da pandemia é assombroso. E infelizmente,

Nas circunstâncias atuais, a ideia de uma distribuição mais igualitária do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres parece mais uma ilusão do que uma perspectiva real. Em primeiro lugar, o chauvinismo, historicamente sedimentado, tão persistente e generalizado que não há como ignorar, interage com a estrutura do mercado de trabalho. Em segundo lugar, os homens são conscientes o bastante de suas próprias lutas históricas por maiores salários reais e por menos trabalho, e não aceitariam um incremento da jornada de trabalho sem nenhuma compensação além da diminuição de seu sentimento de culpa. (PICCHIO, 2018, p. 91)

Aliás, a autora cita “sentimento de culpa”, algo que desacreditamos fazer parte do cotidiano masculino em relação à sobrecarga feminina. Um ponto importante a ser pensado é que os homens têm acompanhado mais de perto os trabalhos domésticos, em especial aqueles que trabalharam remotamente. Talvez, quem sabe, essa nova realidade desperte o tal “sentimento de culpa” que permita às mulheres oportunidades de autocuidado e bem-estar pós-pandemia.

A pandemia escancarou a precarização do trabalho feminino e a sobrevivência das famílias por meio dos cuidados, há uma crise no cuidado, e quem sustenta das mais variadas formas, as famílias, são as mulheres. Assim, assistimos em 2020 uma feminização da pobreza ainda mais latente, em suma:

En particular, bajo los hallazgos que explican la manera en la que factores como el nivel educativo o la clase social influyen en el impacto que la pandemia puede generar en las personas, las poblaciones más vulnerables son aquellas en condiciones de pobreza y bajo nivel de educación (Borgeaud-Garciandía, 2020; Johnson et al., 2020). De acuerdo con un estudio realizado en Argentina, son las mujeres las que en mayor medida expresan sentimientos de miedo y temor frente a la situación vivida por la pandemia, y también son las mujeres las que más esperanza, compromiso y reflexión han generado sobre ella. (MALAVER-FONSECA *et al*, 2021, p. 160)

Assiste-se em 2021 uma volta às aulas em muitos estados e municípios, o que de certa forma, “ajudará” parte das mulheres, menos a professora, que ainda viverá sob a ameaça do vírus para si e os seus.

Urge, por fim, que toda a sociedade reconheça que não há vida sem cuidado, não há capitalismo, feminismo ou qualquer outro “ismo”, isto posto, é vital que pautas acerca do cuidado, das mães e seus filhos se tornem prioridade à esquerda e à direita, em especial, ao feminismo que tem como bastião as causas de todas as mulheres, embora se esqueça das mulheres-mães cuidadoras natas.

### **3 Trabalho Reprodutivo: Heterossexualidade e Maternidade Compulsórias**

O “ser mulher” apesar de controverso por supor um essencialismo, deve ser analisado e discutido, sem, entretanto, ignorar o pressuposto que somos seres inventadas em construção e nossas subjetividades devem sempre ser apreciadas. O que não inviabiliza ser impreterível uma visão materialista do “ser mulher” para que seja possível a implementação de políticas públicas, leis de proteção às mulheres, assim como à infância.

Mudanças substanciais não se baseiam em subjetividades, assim, esse capítulo abordará especificamente a mulher, fêmea humana, e toda a carga a ela atribuída por assim ter nascido.

Quando Simone de Beauvoir afirma que “nos tornamos mulher”, ela não se referia à biologia, a uma possível alteração biológica, mas aos traços, características impostas pela socialização, à imposição de um modelo de feminilidade que não passa de formas patriarcais que nos moldam, silenciam, e nos fazem desacreditar de nós mesmas quando não nos encaixamos em seus rígidos pressupostos.

Um molde extremamente fixo é a heterossexualidade, e por consequência, a maternidade, ambas compulsórias, impostas e aclamadas como único caminho para a realização das mulheres, obviamente, não porque, verdadeiramente, assim o sejam, mas, e principalmente, por serem convenientes ao patriarcado e ao capitalismo. Em contrapartida, não se pode excluir a ideia de que a maternidade possa ser vivenciada além dos moldes heterossexuais, além de que pode e deve ser uma escolha consciente.

Nem sempre o casamento foi o ponto alto da realização feminina como ainda se acredita, nem ao menos permitido ou almejado por todas as mulheres e homens. Até por volta do século XVII, ele era adiado aos pobres, e incentivado, tão somente, aos mais abastados. Com frequência, os pobres eram até mesmo proibidos de se casar, quando se temia que seus filhos pudessem cair na assistência pública.

Às mulheres, principalmente, era comum que se mantivessem “solteironas”, assim como a matrilinearidade, pois eram vistas como seres autônomos, embora perigosos. Controlar sua reprodução era algo natural entre as mulheres, e é justamente nesse ponto que o homem pretende influir quando inicia a “caça às bruxas”.

Na versão hegemônica ou masculina da história, a caça às bruxas é reduzida a uma prática medieval, resquício de uma mentalidade profundamente católica, porém, Federici, astuciosamente, recupera a história, ao passo que afirma que a “caça às bruxas” foi um fenômeno de passagem para a modernidade, intimamente atrelada ao Iluminismo e Humanismo, assim,



[...] foi promovida por uma classe política que estava preocupada com a diminuição da população e motivada pela convicção de que uma população numerosa constitui a riqueza de uma nação. O fato de que os séculos XVI e XVII marcaram o momento de apogeu do mercantilismo e testemunharam o começo dos registros demográficos (de nascimentos, mortes e matrimônios), do recenseamento e da formalização da própria demografia, como a primeira “ciência de Estado”. (FEDERICI, 2004, p. 333)

Após dois séculos de torturas e genocídio de mulheres, um novo molde passa a ser imposto:

Por um lado, construía-se novos cânones culturais que maximizavam as diferenças entre as mulheres e os homens, criando protótipos mais femininos e mais masculinos (Fortunati, 1984). Por outro lado, foi estabelecido que as mulheres eram inerentemente inferiores aos homens – excessivamente emocionais e luxuriosas, incapazes de se governar – e tinham que ser colocadas sob o controle masculino. Da mesma forma que ocorreu com a condenação da bruxaria, o consenso sobre esta questão atravessava as divisões religiosas e intelectuais. Do púlpito ou por meio da escrita, humanistas, reformadores protestantes, contrarreformadores católicos, todos cooperaram no aviltamento das mulheres, constante e obsessivamente. As mulheres eram acusadas de ser pouco razoáveis, vaidosas, selvagens, esbanjadoras. A língua feminina era especialmente culpável, considerada um instrumento de insubordinação. Porém, *a principal vilã era a esposa desobediente, que, ao lado da “desbocada”, da “bruxa” e da “puta”, era o alvo favorito de dramaturgos, escritores populares e moralistas*. Nesse sentido, *A megera domada* (1593) de Shakespeare era um manifesto da época. O castigo da insubordinação feminina à autoridade patriarcal foi evocado e celebrado em inúmeras obras de teatro e panfletos. A literatura inglesa dos períodos de Elizabeth I e de Jaime I fez a festa com esses temas. (FEDERICI, 2004, p. 183)

Portanto, o que houve foi uma matança indiscriminada de tudo aquilo que significava autonomia e poder, as mulheres foram reduzidas à propriedade de seus pais e maridos, promoveu-se um verdadeiro desmoronamento do mundo matriarcal.

De todos os pontos de vista — social, econômico, cultural, político — a caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres; foi o equivalente à derrota histórica a que alude Engels na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), como causa do desmoronamento do mundo matriarcal, visto que a caça às bruxas destruiu todo um universo de práticas femininas, relações coletivas e sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré capitalista, assim como a condição necessária para sua resistência na luta contra o feudalismo. A partir desta derrota, surgiu um novo modelo de feminilidade: *a mulher e esposa ideal* — passiva, obediente, parcimoniosa, de poucas palavras, sempre ocupada com suas tarefas e casta. (FEDERICI, 2004, p. 187)

A essa nova mulher restava muito pouco, restava se casar ou a clausura, já que as mulheres perderam juntamente com seus direitos sociais e econômicos, o reprodutivo. O que perdura até os dias atuais, quando ainda lutamos pela autonomia de nossos corpos, como se não fôssemos capazes de decidir o que é melhor para nós mesmas.

No mesmo período, foram introduzidas novas leis e novas formas de tortura destinadas a controlar o comportamento das mulheres dentro e fora de casa, o que confirma que o vilipêndio literário das mulheres expressava um projeto político preciso com o objetivo de deixá-las sem autonomia nem poder social. Na Europa da Era da Razão, eram colocadas focinheiras nas mulheres acusadas de serem desbocadas, como se fossem cachorros, e elas eram exibidas pelas ruas; as prostitutas eram açoitadas ou enjauladas e submetidas a simulações de afogamentos, ao passo que se instaurava pena de morte para mulheres condenadas por adultério (Underdown, 1985a, p. 117 e ss.). (FEDERICI, 1994, p. 183-184)

Já na segunda metade do século XX, o materialismo francês, com Monique Wittig<sup>14</sup> afirmou que a heterossexualidade e lesbianidade não são simples práticas sexuais privadas, ligadas ao desejo sexual, mas sim decisões políticas que permitem, ou não, sair das relações de apropriação e escapar da sua classe. A heterossexualidade é tida como um sistema político que fundamenta a opressão e a exploração das mulheres, Wittig propõe, então, possíveis alianças entre as mulheres, o “ser lésbica” ultrapassaria o sexual e seria um pacto entre mulheres, visando romper com o patriarcado, assumindo um sentido político. Todavia,

Muito resta para pensar sobre a apropriação coletiva das mulheres e sobre como liberar-se dela, já que certamente as lésbicas, tanto como as freiras, de diferentes confissões, ainda que não pertençam a nenhum homem em particular, seguem sendo objeto de uma apropriação coletiva. As lésbicas não só não se livram do assédio e da violência sexual, mas também seus salários, o tipo de profissão a que podem pretender e a imagem que delas se forma na sociedade não são fundamentalmente diferentes dos que correspondem às demais mulheres. Ademais, o fato de que certa quantidade de mulheres escape individualmente do sistema heterossexual, ainda que lhes permita pensar muito mais claramente sua situação e a de sua classe, não garante a abolição das classes de sexo (mulheres e homens) nem o fim do sistema heteropatriarcal. (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 19-20)

Hooks afirma, ainda, que o movimento feminista deveria criar um clima social em que as orientações sexuais de todos sejam afirmadas, em que a prática heterossexual também possa ser afirmada. Isso porque o feminismo como movimento político depende da participação ativa das mulheres que, em sua maioria, são heterossexuais:

---

<sup>14</sup> Wittig, Monique. *La pensée straight*. Paris: Balland, 2001.

Se as mulheres feministas (sejam elas celibatárias, lésbicas, heterossexuais etc.) continuarem a condenar a sexualidade masculina, e por extensão as mulheres envolvidas sexualmente com homens, o movimento feminista será enfraquecido. Divisões inúteis e desnecessárias continuarão a ser criadas. Por outro lado, se qualquer afirmação a favor da heterossexualidade for lida como um ataque sorrateiro à homossexualidade, continuaremos a perpetuar a ideia de que estamos diante de duas sexualidades que competem – e devem competir – entre si. (HOOKS, 2019, p. 212-213)

Em outras palavras, a reflexão acerca da compulsoriedade do casamento, por consequência, da heterossexualidade, conclui que essa não deveria ser um padrão, mas também não deve ser um demérito que só acirraria conflitos e subverteria a ordem, criando novos preconceitos e padrões.

Questionadas sobre a “vida de solteira”, as pesquisadas responderam: 75% sente falta, M40 pontua que “no início da maternidade, com certeza sim. Atualmente acabei me adaptando e diminuindo aqui e ali a cobrança sobre mim”; M27: “Em alguns aspectos sim, como por exemplo na minha liberdade, fazer certas coisas a qualquer hora”; M35: “Sim. Era mais livre.” A liberdade é ponto de reflexão aqui. Sobre haver justiça social para mulheres, acreditam que houve melhoras, mas estamos aquém do que seria considerado justiça.

### **3.1 Maternidade e Consciência**

Para solucionarmos uma questão ou amenizarmos um problema é preciso reconhecê-lo, assumi-lo e assim, tomar consciência da necessidade de reflexão e transformação. Entender que a maternidade é compulsória é precípuo para reformularmos nosso pensamento e, de fato, alcançarmos, talvez, a possibilidade de escolha, assim como a proposição de políticas públicas nessa direção.

A pesquisa de campo deu início a essa a discussão, aqui proposta, com a questão: “tornar-se mãe foi uma escolha?”

Apenas uma participante respondeu que “não”, no entanto, todas consideram a maternidade uma escolha da mulher e não uma imposição social. Todas acreditam que ser mãe é uma escolha consciente, apesar de M35 ter respondido que não escolheu ser mãe. Muito provavelmente essa contradição se ampara no fato de que não é agradável reconhecer que de certa forma se é enganado ou manipulado.

As tramas patriarcais nos impedem de perceber imposições que se tornam opressões, o feminismo liberal vende uma ideia de que temos controle sobre nossas vidas. O que, obviamente, não temos, ao passo que, o sistema nos condiciona culturalmente e socialmente.

Por longos séculos as mulheres exerceram poder sobre seus corpos e suas vontades, a maternidade - apesar dos métodos contraceptivos aceitos serem razoavelmente novos - já foi passível de escolha através de métodos contraceptivos e abortivos que apenas mulheres dominavam e compartilhavam. Federici afirma que “na Idade Média, as mulheres podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o processo de parto” (2004, p. 163).

Dessa forma, sua sexualidade não estava ao dispor do homem e da procriação, em contrapartida, era preciso aumentar a mão de obra de trabalho então os “úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (p. 163). Em síntese, “essa guerra foi travada principalmente por meio da caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo em que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o demônio” (p. 156). Em outras palavras, as mulheres passaram de seres livres a escravas que se reproduziam a serviço do patriarcado, “o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres.” (FEDERICI, 2004, p. 163)

A autora complementa:

Aqui, quero apenas ressaltar que, ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores. Entretanto, forçar as mulheres a procriar contra a sua vontade ou (como dizia uma canção feminista dos anos 1970) forçá-las a “produzir filhas e filhos para o Estado”. (FEDERICI, 2004, p. 167)

Em suma, a partir desse momento, a mulher passa a ser moldada e socializada, pelo medo de morrer na fogueira, mais tarde, pelo medo de não se casar e não se tornar uma mulher “completa”, ou seja, mãe.

Assim, houve a apropriação de nossos corpos que são negociados dentro do sistema capitalista, aquilo que é vendido é porque pertence a alguém:

“Não se vendia o cabelo das nossas borgonhesas, vendia-se seu leite...” Essas palavras, ouvidas da boca de um velho escritor homem (TV, 16/12/77), expõem muito claramente que, contrariamente ao que muitas de nós acreditamos, nem nossos cabelos nem nosso leite nos pertencem, pois, se são vendidos, o são por seus proprietários legítimos – os quais, aliás, evocando seus próprios pais, barqueiros, salientavam a propósito das amas (sempre através do mesmo intermediário): “Eles faziam um carregamento de mulheres

para Paris...” Contudo, a prova sempre atual da apropriação dos produtos é que, no casamento, o número de filhos não é submetido a contrato, não é fixado, nem submetido à aprovação da esposa. A ausência, para a maioria das mulheres, da possibilidade real de contracepção e aborto é a consequência disso. A esposa deve ter e terá todos os filhos que o esposo desejar impor-lhe. E, se o esposo ultrapassar sua própria conveniência, ele lançará a responsabilidade sobre a mulher, que lhe deve dar tudo o que ele quiser, mas unicamente o que ele quiser. A situação do aborto, por tanto tempo clandestino, existindo sem existir, confirmava tal relação, constituindo-se como o recurso das mulheres cujo homem não desejava o filho, bem como daquelas que não o desejavam. (GUILLAUMIN, 1978, p. 36 *apud* FEDERICI, 2004)

Vale ressaltar que em 2021 ainda há discussões sobre contraceptivos, abortivos e as proibições nesse âmbito são absurdas a ponto de o aborto legal ser negado inúmeras vezes pela justiça apesar das bases jurídicas consolidadas há décadas. Antonella Picchio (2018) explica que:

O Estado, de fato, está longe de ser passivo em relação ao controle das funções reprodutivas das mulheres, tanto em termos de quantidade como de qualidade. Por exemplo, sempre exercendo controle sobre o aborto – repressivamente ou permissivamente, de acordo com a necessidade (Walby, 1990). Também controlando a execução do contrato de casamento, que impõe obrigações domésticas e sexuais precisas às mulheres (Pateman, 1988). Além disso, tolerou como normal um certo grau de violência privada contra as mulheres, o que explica, em parte, a generalizada relutância para aprovar leis que proibam a violência dentro da família; embora essa tolerância pareça contradizer as políticas de igualdade de direitos para todos os cidadãos, ela é bastante eficiente no controle do trabalho feminino e do corpo da mulher. (p. 94)

Em suma, no Brasil de 2021, em que crianças estupradas são obrigadas a parir, é que a compulsoriedade da maternidade se afirma e reafirma em sua pior face, sendo uma utopia pensar em nossos corpos como realmente nossos. O Estado sequestra nosso poder produtivo e reprodutivo a seu serviço, e nos compensa com legislações que, infelizmente, pouco consegue aplicar.

### **3.2 O Feminismo Inclui Mães? Deveria!**

O feminismo é um campo político tanto quanto teórico-epistemológico, que, embora tenha assumido variadas tendências, vem problematizando a si mesmo ao longo dos tempos, em permanente (des) construção, o feminismo, sem dúvidas é o movimento social que mais repensa seus rumos. No entanto, as feministas

[...] não atribuíam muita relevância e valor à parentalidade feminina, à maternidade. Isso foi um erro. O ataque das primeiras feministas à maternidade alienou uma grande massa de mulheres do movimento, especialmente as mulheres pobres e/ou não brancas, para quem a parentalidade era uma das poucas relações em que se sentiam afirmadas e apreciadas. Infelizmente, o atual foco positivo na maternidade se apoia muito em estereótipos sexistas. (HOOKS, 2019, p. 186)

Sem incluir mães, não há o que se pensar sobre feminismo e lutas das mulheres. Feminismo é justamente sobre mães, infelizmente, teorizar a maternidade nunca foi uma prática constante dentro dos estudos de gênero, certamente a maior lacuna entre as feministas atuais é abarcar o que é materno e o que não é (aborto).

O senso comum afirma que feminismo é luta por direitos iguais, e isso influenciou irremediavelmente o pensamento de gerações de mulheres que passaram a acreditar que a luta feminista é baseada tão somente na independência financeira, esquecendo-se daquelas mulheres que, por imposição social, tornaram-se mães e se encontram na mais profunda solidão, abandonadas por homens e mulheres, criando suas crianças que são alvos de ódio e desprezo social constantes.

As mulheres precisam saber (e estão cada vez mais longe dessa informação) que o feminismo não consiste em se vestir como uma celebridade ou se tornar executiva de uma grande corporação ou obter cargos eletivos; não significa ser capaz de conciliar emprego e casamento, de passar as férias esquiando e dispondo de muito tempo com seu marido e seus dois filhos queridos porque você possui uma empregada doméstica que possibilita tudo isso para você, mas que não possui nem tempo nem dinheiro para fazer o mesmo para si; [...] e, mais enfaticamente, não significa se tornar uma detetive policial ou uma agente secreta da CIA ou uma almirante da marinha. Mas se essa imagem distorcida do feminismo possui mais realidade que a nossa, somos em parte culpadas por isso. (HOOKS, 2019, p. 34)

Na atualidade, a partir, inclusive, do senso comum, permanece a visão de que a maternidade seria o obstáculo maior à libertação das mulheres.

Nos primeiros estágios do atual movimento de libertação das mulheres, as análises feministas sobre a maternidade refletiam o viés de raça e classe das participantes. Algumas mulheres de classe média e com ensino superior propuseram o argumento de que a maternidade constituía um sério obstáculo à libertação das mulheres, um mecanismo ardiloso destinado a confinar as mulheres em casa, mantendo-as prisioneiras de tarefas domésticas como limpar, cozinhar e cuidar de filhos. Outras simplesmente identificaram na maternidade e na criação dos filhos o locus da opressão da mulher. (HOOKS, 2019, p. 184)

Entretanto, é preciso transformar essa visão da maternidade, pois

Se as mulheres negras tivessem expressado sua visão sobre a maternidade, esta certamente não teria sido definida como um sério obstáculo à nossa liberdade como mulheres. Racismo, falta de emprego, falta de habilidades ou de formação e várias outras questões estariam no topo da lista – menos a maternidade. (HOOKS, 2019, p. 184)

Para Hooks, “os métodos de exclusão praticados pelas mulheres que dominam o discurso feminista têm tornado quase impossível a emergência de teorias novas e diversas. O feminismo tem sua linha oficial, e as mulheres que anseiam por uma estratégia diferente, por fundamentos distintos, são normalmente proscritas e silenciadas” (2019, p. 36). Assim, é cada vez mais comum se intitular feminista, mas a louça permanecer na pia para a mãe lavar. Nosso feminismo raramente enxerga nossas mães, resumidamente, ser mãe é limitação, é trabalho pesado e não remunerado, “pago” com amor!

Ou seja, as mulheres não querem ter filhos, muitas vezes, por acreditarem que a maternidade pode ser o ponto final de muitos dos seus planos, e do seu próprio bem-estar, embora, essa culpa não seja da maternidade, e sim da cultura patriarcal que se beneficia e explora nosso trabalho produtivo e reprodutivo, Rich (1976), ainda explica:

La antigua y constante envidia, temor y hasta terror del hombre por la capacidad que tiene la mujer de crear la vida, ha tomado repetidamente forma de odio hacia cualquiera de los otros aspectos creativos de la mujer. No solo se la ha reducido a la maternidad, sino que también se le ha dicho que sus creaciones estéticas e intelectuales no eran apropiadas ni consecuentes, sino escandalosas, un intento por convertirse «en hombres» o de escapar a las tareas verdaderas de la feminidad adulta: el matrimonio y los hijos. «Pensar como un hombre» ha sido un halago o una limitación para las mujeres que han querido escapar a la trampa del cuerpo. No importa que muchas mujeres intelectuales y creadoras hayan repetido que ellas también eran «seres humanos» primero y mujeres tan solo accidentalmente, que hayan minimizado su físico o sus vínculos con otras mujeres.

Assim, usar a maternidade, por meio de nossos corpos, para nos restringir é algo antigo e eficaz, que precisa ser problematizado em busca dos verdadeiros opressores. Crianças não oprimem, bebês não atrapalham a vida de uma mãe, amamentar não é escravidão. Emocionalmente gerar, parir, amamentar, cuidar é revigorante, só é fardo porque não há, de fato, uma divisão justa com pais, familiares e sociedade, além da maternidade inconsciente, compulsória, meramente reprodutiva que adocece mulheres ao longo dos tempos. Para Hooks (2019, p. 188):

A parentalidade feminina é um trabalho relevante e valioso que precisa ser reconhecido como tal por qualquer pessoa, incluindo as ativistas feministas. Ela deveria ser reconhecida, louvada e celebrada dentro de um contexto feminista em que se conta com o renovado esforço para repensar a natureza da maternidade; para fazer com que a maternidade não seja para as mulheres nem uma experiência compulsória, nem uma fonte de exploração e opressão; para tornar a parentalidade feminina algo bom e efetivo, quer seja realizada em conjunto com um parceiro, quer seja feita exclusivamente pela mulher.

Nesse contexto, as participantes da pesquisa foram questionadas sobre ser professora e mãe, todas responderam que é muito mais difícil ser uma professora-mãe, M35: “Muito mais difícil, tenho muito menos tempo para preparar aulas ou qualquer outra coisa e tenho que me preocupar com os horários de dormir, comer, etc.”

As mulheres com vida profissional trabalham aproximadamente quinze horas por semana em casa a mais do que os homens. Em um ano, isto significa um mês extra de dias de 24-horas. E elas dormem menos. Mulheres casadas tendem a dormir 20 minutos menos por noite que seus parceiros; as mulheres com filhos têm 40 minutos a menos de sono por noite que seus maridos. Em uma semana, a mãe trabalhadora média obtém 4.6 horas a menos de sono que o pai trabalhador médio. Isto soma quase 10 dias a menos de sono por ano. Estes padrões se mantêm até mesmo nas famílias em que a mulher tem um salário significativamente maior que o do homem." (SCHIEBINGER, 2001, p. 184)

Corroborando, M39: “Sim, primeiro que as prioridades mudam, segundo o ato de educar o filho permeia as situações de ensinar, as vezes agimos com alunos como mãe e com o filho como professora. Por diversos momentos misturamos os papéis.”

Em relação ao trabalho e ao maternar, todas afirmaram que a maternidade mudou sua relação com o trabalho. A mais reticente delas foi M39 que escreveu “Não diretamente, mas muitas vezes pensamos duas vezes quando temos que ausentar de casa, por exemplo, pra participar de um congresso, ou pra outras atividades que envolve ficar fora de casa.” Apesar de não ser assertiva, sua fala expressa que há sim uma mudança. M27 é a mais assertiva e revela: “Sim, o tempo que tinha disponível antes para me dedicar mais ao trabalho ou aos estudos não tenho mais. No dia a dia tudo ficou bem mais corrido.”

Assim, sobrevive o mito de que o feminismo atrapalhou a vida das mulheres, pois ao lutar por direitos “iguais” sobrecarregou e não libertou, é preciso explicar que,

Embora o feminismo liberal tenha servido bem às mulheres, ele também levou a certos becos sem saída. Na tentativa de estender os direitos do "homem" às mulheres, os liberais tenderam a ignorar diferenças de gênero, ou a negá-las completamente. Para todos os propósitos práticos, raciocinam, as mulheres pensam e agem de maneiras indistinguíveis das dos homens. Apenas as



mulheres têm bebês, mas espera-se que o parto ocorra exclusivamente aos fins de semana e feriados, para não perturbar o ritmo do trabalho cotidiano. (SCHIEBINGER, 2001, p. 24)

Quando questionadas acerca do ritmo de suas carreiras acadêmicas, todas responderam que o ritmo diminuiu, metade se mostra insatisfeita e 75% acreditam que não será fácil retomar o ritmo anterior ao da maternidade. O que, de fato, diminui sua produção acadêmica, embora a qualidade dessas não seja afetada, como elucida Londa Schiebinger:

Os homens publicam mais papers, daí suas taxas de citação serem mais altas. Paper por paper, contudo, os das mulheres são citados quase na mesma proporção que os dos homens (5.02 citações em média para uma mulher em 1984, 4.92 citações em média para um homem). Mais recentemente, J. Scott Long surpreendeu a muitos com sua descoberta de que, entre bioquímicos, o paper médio de uma mulher era citado 1.5 vezes mais freqüentemente que o paper médio de um homem. Por que, a despeito da posição mais marginal das mulheres na academia, deveriam seus papers ter tanto, e talvez até mais, impacto que os a presença de um número ligeiramente maior de mulheres pode criar uma oportunidade para remodelar as relações de gênero dentro de uma sala de aula, laboratório, departamento ou disciplina. A teoria da massa crítica (com todas as suas associações com a fissão nuclear) foi popular: em nossa cultura altamente centrada em gênero, muitas mulheres sentem-se mais à vontade com mais mulheres por perto. Certamente, o compromisso com a igual oportunidade requer atenção para com quaisquer barreiras remanescentes impedindo a participação das mulheres; nossa meta deve ser de que sua proporção na ciência iguale sua proporção na população mais ampla. As mulheres, independente de cor ou credo, devem ser representadas igualmente em todos aspectos da vida. Sua plena representação em todas as ciências proporcionará às mulheres as mesmas liberdades que os homens há muito têm de manter diferentes perspectivas e opiniões e não serem consideradas en bloc como "as mulheres" num departamento ou grupo. (SCHIEBINGER, 2001, p. 33-34)

Por fim, ao feminismo cabe abraçar, de fato, as mulheres-mães, pois elas são os pilares de qualquer luta ou sociedade.

La vida humana de este planeta nace de la mujer. La única experiencia unificadora, innegable, compartida por mujeres y hombres, se centra en aquellos meses que pasamos dentro del cuerpo de una mujer, desarrollándonos. Las criaturas humanas dependen de la lactancia durante un periodo de tiempo mucho más largo que el resto de los mamíferos; la división del trabajo, establecida desde antiguo entre los grupos humanos, asigna a las mujeres no solamente la función de parir y de criar, sino también la absoluta responsabilidad para con los hijos. (RICH, 2019, p. 38)

Rich ainda salienta que para Engels, “(y para las sucesivas generaciones marxistas), la opresión de la mujer tiene una simple causa económica y una solución asimismo económica” (2019, p. 133). O que, obviamente, sabe-se hoje, ser um pensamento raso, já que, os estudiosos

homens, nunca teorizaram, de forma apropriada, as questões relacionadas às mulheres, muito menos, o que diz respeito ao materno.

O gestar, o parir e o amamentar foram tomados à força das mulheres, durante a “caça às bruxas”, o parto deixa de ser um evento feminino, pois havia a suspeita de que as parteiras ajudavam as mulheres a cometerem infanticídios, por isso houve a marginalização da parteira:

[...] começou um processo pelo qual as mulheres perderam o controle que haviam exercido sobre a procriação, reduzidas a um papel passivo no parto, enquanto os médicos homens passaram a ser considerados como “aqueles que realmente davam vida” (como nos sonhos alquimistas dos magos renascentistas). Com essa mudança, também começou o predomínio de uma nova prática médica que, em caso de emergência, priorizava a vida do feto em detrimento da vida da mãe. Isso contrastava com o processo de nascimento habitual que as mulheres haviam controlado. E, efetivamente, para que isso ocorresse, a comunidade de mulheres que se reunia em torno da cama da futura mãe teve que ser expulsa da sala de partos, ao mesmo tempo em que as parteiras eram postas sob vigilância do médico ou eram recrutadas para policiar outras mulheres. (FEDERICI, 2004, p. 161)

Ao passo que, os homens, médicos, assumiram o protagonismo nos cuidados da gestação ao parto, a partir do século XX, vendendo nossos corpos ao mercado cesarista, ou à violência obstétrica dos partos normais passivos.

Comencé a pensar acerca del parto a partir de la hipótesis de que los hombres, poco a poco, añadieron el papel de asistente de parto, de esa forma, asumieron la autoridad sobre la esfera misma que en sus orígenes había sido la fuente del poder y del carisma femeninos. Pero por varias razones —la aparición del partero y el obstetra en una sola persona— el sufrimiento pasivo y la experiencia arquetípica femenina del parto se consideraron idénticos. El sufrimiento pasivo se tomó como un destino «natural», universal, femenino, trasladado a todas las esferas de nuestra experiencia; solo cuando comprendamos esto en su totalidad, habremos desarrollado un conocimiento útil para salir de esta «tolerancia» centenaria del sufrimiento y alcanzar un nuevo ser activo. Sorprende la cantidad de mujeres —no solo pobres e ignorantes, sino cultivadas y de clase media— que se aproximan al momento del parto insistiendo en que desean conocer sobre ello lo menos posible: «Que me duerman y que el médico se las arregle». (RICH, 2019, p. 150-151)

Acreditar que o parto é um evento passivo, repleto de sofrimento foi a cartada final do patriarcado sobre nossos corpos. Parir virou sinônimo de dor e sofrimento, e nada mais óbvio, que permitir que um bom médico nos poupe disso.

Da mesma forma, nosso leite foi desacreditado, ninguém duvida de que uma vaca produza leite para seus bezerras, mas a falácia de que não teremos leite suficiente assombra todas as gestantes e recém-mães, a dúvida instaurada acerca da produção da mulher gera bilhões

às indústrias alimentícia e farmacêutica anualmente. Sem mencionar a sexualização das mamas, que para amamentar devem ser cobertas, porém expostas, sem censura, quando a serviço do patriarcado.

O papel masculino termina aqui, a mulher gestou, pariu, (não) amamentou, e agora deverá cuidar, manter viva a cria, ou seja, a mulher produz os filhos para os homens (sistema heteropatriarcal) desfrutarem dessa posse:

A posse dos filhos, “produção” das mulheres, ainda cabe juridicamente aos homens, em última instância; os filhos continuam a pertencer ao pai, mesmo quando recai sobre a mãe seu encargo material em caso de separação. Aliás, a esposa não “dá” filhos ao marido, ao passo que a recíproca não é verdadeira? (GUILLAUMIN, 1978, p. 37 *apud* FEDERICI, 2004)

Contudo, aqui, almeja-se uma maternidade que enverede para um caminho autônomo, ativo e consciente, talvez, ainda compulsória, porém alerta, assim, para que as mulheres vivenciem boas experiências maternas é preciso que paremos de meramente reafirmar que a maternidade é uma forma de controle social e entendamos os meandros dessa afirmação, ao passo que toda a sociedade seja responsabilizada pelos cuidados com os seres humanos e não apenas as mulheres.

### **3.2.1 Maternar é Revolucionar!**

Ao feminismo é importante problematizar a temática a ponto de não resolver a questão de forma simplória, negando a maternidade enquanto inúmeras mulheres, que não tiveram escolha, seguem invisíveis até mesmo para as feministas.

A maternidade como conhecemos foi construída ao longo da história, sendo o “maternar” um verbo atual, que por si, explicita ação. O “maternar” é o resgate atual da maternidade por escolha e/ou consciência da compulsoriedade, que tenta, por meio do movimento de “humanização do parto” que teve início nas décadas de 60 e 70, a partir dos questionamentos sobre a sexualidade surgidos àquela época. Humanizar o nascimento é restituir o protagonismo à mulher, ou seja, devolver à mulher seu controle reprodutivo.

Gestar, parir, amamentar, cuidar são verbos de ação, a maternidade não é passiva, não é um estado feminino, mas um conjunto de atitudes imprescindíveis à sobrevivência humana, embora não seja socialmente natural, apesar de sua natureza biológica.

O “ser mãe” não deve ser visto e teorizado tão somente como algo doloroso e que deva ser evitado visando a destruição do patriarcado, ser mãe, de forma consciente, é algo que o movimento feminista necessita propor e estudar, pois:

Parir un hijo y criarlo es haber cumplido lo que el patriarcalismo, unido a fisiología, convierte en la definición de la feminidad. Pero también puede significar la experiencia del propio cuerpo y de las emociones de una forma por demás intensa. Experimentamos no solo cambios físicos, carnales, sino también de carácter. Aprendemos, a menudo mediante una autodisciplina dolorosa y una autocauterización, aquellas cualidades que se nos suponen «innatas»: paciencia, sacrificio, voluntad para repetir sin fin las pequeñas tareas rutinarias de socializar al ser humano. Estamos también, muchas veces para nuestro asombro, poseídas por sentimientos tanto de amor como de una extrema violencia, más furiosa que cualquiera de las que antes hayamos conocido. (Una pacifista famosa, madre a su vez, dijo hace muy poco desde una tribuna: «Si alguien pone una mano sobre mi hijo, le mataré»). (RICH, cap. 5, 1976)

O ser mãe é revolucionário, a força que emerge de uma mulher-mãe é capaz de não só destruir o patriarcado, como de recriar uma sociedade muito melhor. Embora a mulher-mãe seja vista, pela sociedade, como uma “mãezinha”, um ser de luz, disposto a se oferecer em constante sacrifício pela cria (e pelos homens), e que para o movimento feminista, de forma genérica, é uma pobre coitada, rendida ao patriarcado, peso morto na luta, essa mulher sustenta a sociedade ao longo de séculos.

Cito aqui, a exemplo, as mulheres da Revolução Russa, com a presença de mães, Trotsky já ovacionava o papel revolucionário das mulheres-mães:

A mulher operária, nesses encontros entre soldados e obreiros, desempenha um papel importante. Com maior ousadia do que os homens, penetra nas fileiras dos soldados, agarra-se aos fuzis, suplica e quase ordena: “Tirem suas baionetas, reúnam-se a nós.” Os soldados emocionam, penalizam-se, entreolham-se inquietos e vacilam: um deles, enfim, se decide e as baionetas se levantam para cima dos ombros num gesto de arrependimento, a barragem se abre, estremecem no ar as vivas alegres e agradecidos, os soldados se veem rodeados, de todos os lados elevam-se as discussões, os apelos: a revolução dá um passo adiante. (TROTSKY, 1977, p. 108)

No artigo “Às Mulheres Trabalhadoras”, de 1918, Alexandra Kollontai expõe a mudança de posição política da mulher sob o novo regime, assim como Lênin, reforçou a correlação necessária entre a garantia da igualdade legal e de políticas públicas capazes de socializar o trabalho doméstico. Interessante pautar, que Kollontai já refletia acerca de que, apesar de a mulher alcançar direitos e uma suposta liberdade, ela permanecia submetida aos afazeres domésticos sendo ainda “uma escrava em sua própria família”. (SILVA, 2018) “Os operários

devem agora cuidar para que a realidade tire dos ombros delas o fardo da lida com os filhos e alivie às operárias e camponesas o peso dos serviços de casa. A classe operária também está interessada em liberar a mulher nessas esferas”. (KOLLONTAI, 1918)

Nesse seguimento, recordo, em tempo, as mães da praça de maio, na Argentina, que por semanas, meses, anos, mães e avós, com lenços brancos na cabeça (fraldas que acalentaram seus filhos) se mantiveram, em silêncio, com cartazes e fotos de seus filhos e netos desaparecidos políticos durante a ditadura argentina, em torno da Casa Rosada, à janela do ditador cobrando a volta dos seus.

Em 30 de abril de 1977 começaram a se reunir na praça mais conhecida de Buenos Aires, a mesma praça onde fica a Casa Rosada, o palácio presidencial argentino. Bem em frente à janela do ditador, ocuparam a praça pública, o local das grandes manifestações políticas. A vida da *Res Pública* era totalmente estranha àquelas donas-de-casa que, como tantas outras mulheres ao longo da história, viviam nos espaços domésticos, privadas da esfera das decisões políticas. Nada ou pouco sabiam sobre política, mas estavam determinadas a entregar uma carta ao General Jorge Videla, queriam saber o que se passava com os, como acreditavam até então, filhos detidos. (GONÇALVES, 2012, p. 131)

Gonçalves (2012) salienta que os militares não as atenderam, mas elas não se intimidaram, politizaram-se, saíram da esfera doméstica e adentraram definitivamente à cena política. Transpassaram o lugar reservado às mulheres e foram vistas pelo mundo todo. O grupo foi crescendo e passaram rapidamente de 14 para 200 mulheres.

Sob o lema “todos os desaparecidos são nossos filhos”, levaram adiante a ideia da mulher com nome de flor e socializaram a maternidade, o que, ao mesmo tempo potencializou o movimento e deu grandeza a cada minuto de resistência. Cada mãe a quem fora arrancado um filho, agora se sentia grávida para sempre e desta gravidez permanente saía a força para seguir adiante (Martin, 1988). Ao mesmo tempo em que permaneciam grávidas, numa relação às avessas, foram politicamente paridas por seus filhos. Transformaram a dor em ação. (GONÇALVES, 2012, p. 133)

Jamais meu intuito aqui é romantizar a maternidade, mas evidenciar a força de transformação, luta e resistência que uma mãe emana.

Incluir a mãe que, como eu, escreve isso com o filho nos braços, é crucial, pois essa mulher não pode ser apagada, muito menos pelo movimento feminista. O apagamento configurado em frases como “só cuida dos filhos”, “não trabalha, só fica em casa”, “não faz nada, só cuida da casa e dos filhos”, ou mesmo o “loucas” adjetivo constante às mães de maio, custa caríssimo a todas nós. Aterroriza as feministas, que na superficialidade do movimento,

ainda enxergam que “trabalhar fora” é empoderamento, e torna as “mãezinhas”, engolidas pelo sexismo, ainda mais pacíficas, constringidas por fazerem “tão pouco” e ainda reclamarem.

Homens e mulheres exaltam a “guerreira” que cuida da casa, dos filhos e ainda trabalha fora, essa sim é digna. Triste falácia capitalista/machista, já ouvi de muitos homens “desconstruídos” que só se relacionariam com uma mulher independente financeiramente, mas será que esses mesmos homens estão prontos para dividir de forma justa os cuidados com a casa e com os filhos? O novo machismo se solidifica em uma mulher feminista, esgotada pela tripla jornada e pelos trabalhos reprodutivo e produtivo, que sofre ainda mais por ter certa consciência de sua exploração/opressão, mas permanece aprisionada ao ser social que se tornou.

[...] é urgente entender como a condição de dona de casa pode criar na mulher um sentimento de vazio, de não existência, de nulidade. Existem aspectos nesse papel que tornam quase impossível para uma mulher intelectualmente adulta preservar um senso de identidade humana, aquele núcleo chamado de “si-mesmo” [self], sem o qual um ser humano não está verdadeiramente vivo. (HOOKS, 2019, p. 27)

Sabendo que o trabalho, o ser “dona de casa” quase sempre engloba o ser mãe, é imprescindível que as teorias feministas se debrucem sobre a maternidade e deem à ela seu devido valor no contexto acadêmico, político e social, pois a invisibilidade materna caminha lado a lado à invisibilidade de todas as mulheres em qualquer contexto que seja.

Não incluir mães, não dar a todas nós a oportunidade de adentrar espaços políticos e públicos é a obliteração do movimento, pois sem incorporar essa massa de mulheres, a quem servirá a tão almejada libertação? Perde-se uma colossal força ao passo que mães estão inertes e esquecidas. Não obstante, nós, mulheres, mães, professoras, cientistas resistimos e reafirmaremos a todo tempo que maternar é revolucionar! A maternidade consciente é pressuposto para uma sociedade inclusiva, fraterna, humana.

## CONCLUSÃO

Ao objetivar a comprovação do apagamento da mulher, mãe e professora, um caminho árduo foi percorrido a partir das perspectivas feministas relacionadas à Educação, à Ciência e à Economia Feminista. Assim, é preciso evidenciar que essas mulheres, objetos da pesquisa, sofreram um apagamento substancial muito além do acadêmico, originalmente, foco de comprovação dessa pesquisa.

Ao passo que a categoria mulher/mulheres foi analisada a partir da perspectiva decolonial e suas imbricações, pôde-se comprovar que a ciência, por séculos, manteve mulheres cientistas à margem, e consequentemente as profissões possíveis às mulheres, por demandarem menos conhecimento acadêmico (negado) foram aquelas socializadas como femininas. Entretanto, é notório que essas profissões como a de professora apenas performam feminilidade, naturalizam comportamentos de cuidar, apesar de que nada há em nossa natureza que comprove tal pré-disposição, a não ser o fato de que as feminilidades nos foram ensinadas com o evidente objetivo de dominação.

Contudo, o cuidar, apesar de ser parte da nossa socialização, tornou-se, após muita insistência feminista, objeto de estudo, e por consequência, luta por sua visibilidade, pois seu valor não foi monetarizado ou valorizado de outras formas ao longo do tempo. Logo, homens de todas as ciências ignoraram o fato de que a vida, em especial, a humana, não existe sem os devidos cuidados, e que toda a sociedade e sistemas políticos são sustentados por mulheres, precipuamente, mulheres-mães que trabalham de forma não-remunerada e/ou remunerada, enfrentando jornadas intermináveis de trabalho. Não acreditamos, no entanto, que monetarizar o cuidar solucione por completo a problemática, já que:

O trabalho doméstico e outros tipos de atividades de serviço são especialmente desvalorizados no capitalismo patriarcal. As ativistas feministas que defendem o pagamento de salários às donas de casa viram nisso uma forma de dar à mulher algum poder econômico e de atribuir valor ao seu trabalho. Mas parece improvável que remunerar o trabalho doméstico possa levar a sociedade a atribuir valor a esse tipo de tarefa, uma vez que, em geral, as atividades de serviço não são valorizadas, independentemente de serem remuneradas ou não. E quando há remuneração, as pessoas que fazem esse tipo de trabalho continuam sendo exploradas psicologicamente. Assim como o trabalho doméstico, as atividades que desempenham são estigmatizadas como degradantes. Os autores anônimos de *Women and the New World* sugerem que pagar salários para o trabalho doméstico é “uma proposta que nos leva ainda mais longe na estrada do capitalismo, uma vez que nos lança dentro do mercado e coloca um preço em atividades que deveriam atender necessidades humanas e não apenas à necessidade de independência econômica das mulheres”. Se as mulheres recebessem salários pelo trabalho doméstico, é improvável que um dia ele deixasse de ser designado como

“trabalho de mulher” e passasse a ser reconhecido como uma atividade importante. (HOOKS, 2019, p. 149-150)

Em contrapartida a maternidade precisa ser vista e ouvida, amparada por toda a sociedade e pelo Estado, pois são as mulheres-mães que geram e cuidam até à vida adulta de homens e outras mulheres que serão força motriz da sociedade, essas mulheres são os sustentáculos sociais imprescindíveis à vida e à manutenção da mesma.

Em conclusão, endosso a possível solução que Antonella Picchio apresenta:

É sobretudo com o Estado que as mulheres têm que negociar as condições de seu trabalho reprodutivo. Elas não podem ganhar negociando em particular num mercado de trabalho que ignora o trabalho de reprodução das mulheres, a fim de pagar salários baixos tanto para mulheres como para homens. Além disso, em quase todos os países o Estado tornou-se o maior empregador de mulheres, portanto, uma luta bem-sucedida para modificar convenções e relações de poder no setor público também poderia servir como padrão para o setor privado. Apenas a negociação direta com o Estado sobre os modos de reprodução pode corrigir, pelo menos em parte, os abusos de um sistema de produção que subordina a reprodução social à acumulação de capital. A divisão do trabalho reprodutivo entre os sexos está muito profundamente enraizada na estrutura do sistema social para ser transformada por uma simples racionalização dos tempos de trabalho individuais. A negociação das mulheres com o Estado, no entanto, não elimina a necessidade de expor e agir sobre o conflito profundo e historicamente estabelecido entre homens e mulheres na área de reprodução. A base material moderna desses conflitos está enraizada no acesso desigual aos meios de subsistência e na desigualdade do trabalho reprodutivo, bem como no controle geral sobre os corpos e vidas das mulheres mantidos pelos homens através do paternalismo e/ou do assédio e da violência. (PICCHIO, 2018, p. 95-96)

Para tanto, acolher mulheres-mães deve ser princípio básico feminista, pois locais de poder necessitam da visão e decisão daquelas que são o início de tudo. O feminismo não incluiu mães de forma efetiva, mas tenta se reorganizar diante do materno de tantas feministas ou não:

As mulheres precisam começar o trabalho de reorganização feminista com o entendimento de que todas nós (independentemente de nossa raça, sexo ou classe) temos agido em cumplicidade com o sistema opressivo existente. E todas nós precisamos de forma consciente romper com o sistema. Algumas de nós farão isso mais rapidamente que outras. A compaixão que estendemos a nós mesmas, o reconhecimento de que nossa mudança em termos de consciência e ação é um processo, precisa caracterizar nosso contato com aquelas pessoas desprovidas de consciência política. (HOOKS, 2019, p. 223)

Na maioria das vezes, essas mulheres, que cuidam, estão excluídas das discussões e decisões que norteiam suas próprias vidas, já que o cuidar é cíclico e jamais termina, paralisando-as. Justamente por isso não se pode esperar que homens deem espaço às mães



quando nem mesmo outras mulheres o fazem. Às não-mães cabe amparar suas próprias mães e mães de seu convívio, abrirem olhos e ouvidos para uma teoria feminista que repense a categoria mulheres, já que:

O esforço de conscientização feminista não foi capaz de estimular as mulheres a abraçar políticas revolucionárias. Na maioria dos casos, não conseguiu ajudá-las a compreender o capitalismo – seu funcionamento como sistema de exploração do trabalho feminino e suas interconexões com a opressão sexista. Não despertou nas mulheres a urgência para aprender sobre os diferentes sistemas políticos, a exemplo do socialismo, nem as encorajou a inventar e vislumbrar novos sistemas políticos. (HOOKS, 2019, p. 219)

Em contrapartida, somente a partir de um novo sistema político equiparado e revolucionado por mulheres e seus filhos e filhas é que se pode vislumbrar uma nova realidade, mais digna e justa para todas e todos.

Portanto, as professoras-mães do IFMS de Três Lagoas, não são parte preponderante, ou ao menos igual – em número ou equidade - nos cursos superiores de TI, pois naturalizou-se a ideia de que uma ciência exata, tão complexa, não seria possível às mulheres. Aquelas que ousam adentrar essa redoma de masculinidades é invisibilizada em seu propósito de trabalho, assim como em sua perspectiva de mãe. As mulheres-mães, que ameaçam entrar, pela porta da frente, os espaços fortemente dominados pelos homens, são desacreditadas, isso porque, partindo do pressuposto androcêntrico, essas mulheres serão incapazes de serem profissionais competitivas e produtivas, e se assim se firmarem é porque seus filhos devem estar abandonados à própria sorte.

Enfim, cuidar e fazer ciência não podem ser faces da mesma moeda pela lógica patriarcal, no entanto, assim tem sido através dos séculos, essas cientistas e mães resistem, sobrevivem. Por isso, é vital que a ideia de gênero se desconstrua, não podemos mais aceitar imposições baseadas exclusivamente, seja no sexo biológico, seja no gênero. A real libertação das mulheres passa pela ciência, logo, ampliar espaços científicos, educacionais e, conseqüentemente, políticos para as mulheres deve ser o objetivo da teoria e da prática feminista, visando coletivizar todos os cuidados que sustentam a vida.

## REFERÊNCIAS

- ARRIAGADA, Irma. **Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina**. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs). *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007.
- BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010333522013000200004&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522013000200004&lng=pt&tlng=pt). Acesso em mar. de 2021.
- BARDWICK, J.M. **Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da autorrealização alteraram nossas vidas**. São Paulo: DIFEL, 1981.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. *Mediações*, Londrina, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari, K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria J. Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto, Portugal: Porto Editora, LDA, 1994.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Mary Garcia. **Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais**. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 98-108.
- CARRASCO, Cristina. **La Economía Feminista: una apuesta por otra economía**. In: VARAM M.J. (Coord.) *Estudios sobre género y economía*. Madri: Akal, 2008.
- CARRASCO, Cristina. **Mujeres, sostenibilidad y deuda social**. *Revista de Educación*, n. Extraordinário, p. 169-191, 2009.
- CARRASCO, Cristina. **A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução**. In: *Temáticas: revista dos pós-graduandos em ciências sociais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1993 - v.26, n.52, 2018.*
- CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). **O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

COLPANI, Felipe Pancheri. **Corpus, máquinas & afetos: as experiências homossexuais na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2015.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria. **O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva**. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria (orgs.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos Ao Gênero**. Estudos Feministas. Ano 10, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em mar. de 2021.

CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. In: **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu** / organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.] – Recife: SOS Corpo, 2014.

CURIEL, Ochy. **Entrevista com Ochy Curiel**. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em mar. de 2021.

DAVIS, Angela. 1944- **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. **Patriarcado**. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

ENGELS, Friedrich. (1884). **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

ENGELS, Friedrich. (1845). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FIRESTONE, Shulamith. **The Dialectic of Sex: the case for feminist revolution**. Arquivo em PDF. Nova Iorque: Bantam Books (1972).

FEDERICI, Silvia (2004). **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. **O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História**. In: *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009.

GONÇALVES, Renata. **De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado**. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.130-143, jul./dez. 2012.

GRECCO, Fabiana S.; FURNO, Juliane da C.; TEIXEIRA, Marilane O. **Apresentação: Por uma ciência econômica feminista**. In: *Temáticas: revista dos pós-graduandos em ciências*

sociais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1993 - v.26, n.52, 2018.

GRECCO, Fabiana S. **O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus**. In: Temáticas: revista dos pós-graduandos em ciências sociais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1993 - v.26, n.52, 2018.

HALL, Catherine. **A história da vida privada**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/ Unicamp, 1995.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. Revista Estudos Feministas, n. 1, 1993, pp. 07 - 32.

HARDING, Sandra. **Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo**. In: Ciência y feminismo. Madri: Ediciones Morata, 1996, pp. 15 - 27.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro** / bell hooks ; tradução Rainer Patriota. - 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

KOLLONTAI, Alexandra. **Os sindicatos e a trabalhadora**. 1921. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética. São Paulo. Boitempo, 2017.

LALLEMENT, Michel. **Pierre Naville e a divisão do trabalho entre sexos: o sistema produtivo em última instância**. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

LENIN, V. I. Às operárias. IN: LENIN, V.I. **Sobre a Emancipação da Mulher**. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, María. **“Heterossexualism and The Colonial/Modern Gender System”**. Hypatia, v. 22, n. 1, p.186-209. 2007.

LUGONES, María. **“Colonialidad y Género”**. Tabula Rasa. Bogotá –Colombia, n.9, 73-101, julio-diciembre 2008.

LUGONES, María. **“Rumo a um feminismo descolonial”**. Tradução de Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3. setembro-dezembro/2014.

MALAVÉ-FONSECA, L. F.; SERRANO-CÁRDENAS, L. F.; CASTRO-SILVA, H. F. (2021). **La pandemia COVID-19 y el rol de las mujeres en la economía del cuidado en América Latina: una revisión sistemática de literatura.** *Estudios Gerenciales*, 37(158), 153-163. Disponível em: <https://doi.org/10.18046/j.estger.2021.158.4458> Acesso em set. de 2021.

MARÇAL, Katrine. **Who cooked Adam Smith's dinner? A story about women and Economics.** Londres: Portobello Books, 2015.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MIGUEL, Luis Felipe. **Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, set./dez. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Magda de Almeida. **Entrevista com a professora Magda de Almeida Neves.** 2011. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-professores-da-educacao-basica-sao-mulheres.htm>. Acesso em set. de 2021.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. **Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007.

NEVES, Sofia.; NOGUEIRA, Conceição. **Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais.** Psicologia Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v.18, n. 3, p. 408-412, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a15v18n3.pdf>. Acesso em fev. de 2019.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero.** Estudos Feministas 11.2 (2000): p. 9-41.

OLIVEIRA, Mariana Esteves. **“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: o fazer-se docente entre história, trabalho e precarização na SEE-SP.** Curitiba : CRV, 2019.

OROZCO, Amaia Pérez. **Subversión feminista de la economía.** Maquetación y diseño de cubierta: Traficantes de Sueños [taller@traficantes.net] Edición: Traficantes de Sueños C/ Embajadores 35, local 6. C.P. 28012 Madrid. Tlf: 915320928. Impresión: ISBN 13: 978-84-96453-48-7 Depósito legal: M - 15332-2014.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero / Oyèrónké Oyèwùmí;** tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PICCHIO, Antonella. **Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho.** In: Temáticas: revista dos pós-graduandos em ciências sociais / Universidade Estadual de Campinas.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1993 - v.26, n.52, 2018.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42. Acesso em out. de 2019.

REIS, Daniele Fernandes. **Ideias subversivas de gênero em Beauvoir e Butler.** Sapere Aude – Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.360-367 – 1º sem. 2013. ISSN: 2177-6342. Acesso em jan. de 2021.

RICH, Adrienne. **Nacemos de mujer. La maternidad como experiencia e institución; Traficantes de sueños;** ISBN: 9788494914775; 2019.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres.** Notas sobre a Economia Política do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** New York: Columbia University Press, 1989.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Juliana; CASAGRANDE, Lindamir Salete; LESZCZYNSKI, Sonia; CHARCHUT, Ana; CARVALHO, Marília Gomes de. **Mulheres na informática: quais foram as pioneiras?** Cadernos Pagu (27), julho-dezembro de 2006, p.255-278.

SCHWEITZER, Sylvie. **Les femmes ont toujours travaillé.** Une histoire du travail des femmes aux XIX e et XXe siècles, Paris, Odile Jacob, 2002.

SILVA, Danielle J. **Avanços e Limites da Contribuição Soviética para a Libertação das Mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai.** Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2206.pdf>. Acesso em set. de 2021.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações.** 1 ed, São Paulo: Madras, 2009.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, Marilane O. **A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante.** In: Temáticas: revista dos pós-graduandos em ciências sociais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1993 - v.26, n.52, 2018.

TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da; FIGUEIREDO, Ângela. **Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA. Entrevista com Ochy Curiel.** Vol 03, N. 04 - Out. - Dez., 2017 | Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiiv>. Acesso em mar. de 2021.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** In. *Marxismo Vivo*, nº 2. São Paulo. Sundermann, 2001. P. 77-92.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** São Paulo: Sundermann, 2008.

TORRES, C. **El trabajo doméstico y las amas de casa: el rostro invisible de las mujeres.** *Mujer y Trabajo*, n. 2. Montevideo: CIEDUR, 1988.

TRAT, Josette. **Frederich Engels: Da propriedade privada à sujeição das mulheres.** In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour.* Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

VARIKAS, Eléni. *A escória do mundo. Figuras do pária.* São Paulo, EdUnesp, 2014.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. **A classe nos une, o gênero nos divide: imbricações entre patriarcado e capitalismo.** *Argum.*, Vitória, v. 10, n. 2, p. 135-147, maio/ago. 2018.

WITTIG, Monique. **La pensée straight.** Paris: Balland, 2001.

# APÊNDICE A: Autorização da Pesquisa pelo IFMS



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso do Sul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Decisão RTRIA 258/2019 - RT/IFMS

Campo Grande, 14 de outubro de 2019

Processo nº [23347.020069.2019-52](#)

Referência: **Solicitação de autorização para realização de pesquisa no IFMS - Joselia Aparecida Pires Vicente.**

Vistos,

1. O Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação no Exercício da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os documentos que instruem o presente processo:

a) considerando o [E-mail](#) que solicita autorização para realização de pesquisa no IFMS, da pesquisadora Josélia Aparecida Pires Vicente, aluna do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS;

b) considerando a apresentação do [Projeto de Pesquisa](#) e [Questionário de Pesquisa](#), em que se expõem os motivos da pesquisa, propondo como metodologia a aplicação de questionário as docentes mães que lecionam nos cursos superiores na área de informática/tecnologia;

c) considerando o [Atestado de matrícula Vínculo](#), em que se demonstra o vínculo da pesquisadora com o programa de mestrado da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul;

d) considerando a apresentação da [Folha de rosto - Comissão Nacional Ética](#), indicando que a pesquisa está no processo de submissão na Plataforma Brasil;

e) considerando [Memo 130/2019 - TL-DIRGE/TL-IFMS/IFMS](#) em que a Direção-Geral de Três Lagoas manifesta-se favorável à realização da pesquisa no âmbito do IFMS;

f) considerando o Parecer favorável apresentado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação por meio do [Memo 145/2019 - COPOG/DIPOG/DIREP/PROPI/RT/IFMS](#). **RESOLVE:**

2. **AUTORIZAR** a realização da pesquisa intitulada "Professoras-Mães do Instituto Federal de Três Lagoas-MS: "Sobreviventes" em meios acadêmicos preponderantemente masculino", desde que previamente apreciada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e **SOLICITAR** que após a conclusão da pesquisa, os resultados sejam encaminhados à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação como forma de devolutiva.

3. Restituímos os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação para ciência da pesquisadora e prosseguimento do feito.

MARCO HIROSHI NAKA

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação no Exercício da Reitoria

Portaria IFMS nº 448/2018

Documento assinado eletronicamente por:  
• Marco Hiroshi Naka, PRO-REITOR - CD2 - PROPI, em 14/10/2019 14:13:04.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/10/2019. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 84723  
Código de Autenticação: 031eb84d52





## APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

---



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO  
SUL  
Comitê de Ética com Seres Humanos



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos você, professora, a participar da Pesquisa **Professoras-Mães do Instituto Federal de Três Lagoas-MS: “Sobreviventes” em Meios Acadêmicos Preponderantemente Masculinos**, voluntariamente, sob a responsabilidade da pesquisadora **Joselia Aparecida Pires Vicente**. A pesquisa pretende analisar as relações de gênero dentro do Instituto Federal de Três Lagoas, MS, sendo o objeto da pesquisa as mulheres professoras, mais especificamente nos cursos superiores preponderantemente masculinos, assim como nos espaços domésticos em que vivem as mulheres, mães, professoras, como você. Assim como esses espaços influenciam o seu fazer pedagógico e o seu cotidiano doméstico, como ser mãe, tornar-se mãe, cuidar de uma criança, de uma casa, o desgaste profissional, e por fim, a invisibilidade do serviço doméstico.

A sua participação é voluntária e se dará por meio de questionários, sendo o *locus* da pesquisa, a maternidade, a relação controversa e os impasses entre ser mãe e ser profissional, em um ambiente desigual entre gêneros, que são os cursos superiores relacionados à tecnologia. Para tanto, convidamos você a responder questionários referentes ao convívio doméstico, ao relacionamento conjugal e ao trabalho, a partir da maternidade. Convidamos, ainda, a escrever um diário, em que poderá relatar de forma livre, no sentido de refletir os conflitos observados em seu cotidiano, e que serão analisados de forma anônima, assim como os questionários.

Caso aceite participar, você contribuirá para a reflexão acerca das desigualdades entre gêneros no ambiente educacional, tendo como maior benefício a possibilidade do rompimento de preconceitos de gênero e paradigmas que preponderam, mais especificamente no Instituto Federal de Três Lagoas, MS, no que concerne aos cursos tecnológicos, tradicionalmente ministrados, em sua maioria, por homens. Oportunizando também às mulheres pesquisadas um maior empoderamento enquanto profissionais em minoria, permitindo, portanto, uma prática pedagógica mais equiparada entre gêneros.

Apesar de ser na área de Humanas, a pesquisa poderá gerar riscos de natureza moral e/ou psíquica, isso porque as questões a serem respondidas adentrarão sua vida profissional e pessoal. A escrita de diários pode gerar desconforto ou constrangimento. Entretanto, para minimizar esses riscos, toda a coleta de material será anônima, e as questões serão formuladas com exímio cuidado, no sentido de buscar dados, conservando sua integridade moral e intimidade. Caso não se sinta



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO  
SUL



**Comitê de Ética com Seres Humanos**

confortável ao escrever o diário ou responder os questionários, será oferecida ajuda psicológica no sentido de que possa lidar com os sentimentos que a pesquisa ocasionalmente venha a despertar.

Após consentir sua participação na pesquisa, você poderá desistir de continuar participando, tendo o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo. Enfim, estaremos a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Após ler com atenção este documento e ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine em todas as folhas e ao final deste documento, que está em duas vias e também será assinado pela pesquisadora responsável, em todas as folhas. Uma das vias é sua e a outra é da pesquisadora.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora **Joselia Aparecida Pires Vicente**, no telefone: **(67) 981612769**. Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética Com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul CESH/UEMS pelo Fone: (67) 3902-2699 ou no endereço: Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Itahum, km 12, em Dourados – MS, Bloco B, 1º piso - Horário de atendimento: 8:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta.

Eu, \_\_\_\_\_,  
fui informada e aceito participar da pesquisa **Professoras-Mães do Instituto Federal de Três Lagoas-MS: “Sobreviventes” em Meios Acadêmicos Preponderantemente Masculinos**, onde a pesquisadora **Joselia Aparecida Pires Vicente** me explicou como será toda a pesquisa de forma clara e objetiva.

Três Lagoas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

**Nome completo do pesquisador: Joselia Aparecida Pires Vicente**

2 de 3



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO  
SUL



**Comitê de Ética com Seres Humanos**

Telefone para contato: 67 - 981612769

E-mail: [joselia\\_vicente@hotmail.com](mailto:joselia_vicente@hotmail.com)

Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, fone: 3902-2699 ou [cesh@uems.br](mailto:cesh@uems.br).

## APÊNDICE C: Questionário

Questionário: Professoras-mães

Esse questionário tem o objetivo de analisar mulheres, mães, professoras inseridas em cursos superiores tradicionalmente "masculinos" do IFMS, Três Lagoas.

Obrigatória

1. Qual a sua idade?

Insira sua resposta

2. Quantas horas semanais você exerce a docência?

Insira sua resposta

3. Em qual ou quais o(s) turno(s) você exerce a docência?

Insira sua resposta

4. Há quanto tempo é professora nessa instituição?

Insira sua resposta

5. Qual idade você tinha ao se tornar mãe?

Insira sua resposta

6. Quantos filhos você tem?

Insira sua resposta

7. Qual a idade de seu(s) filho(s)?

Insira sua resposta

8. Qual a profissão de seu/sua companheiro(a)?

Insira sua resposta

9. Tornar-se mãe foi uma escolha?

SIM

NÃO

10. Você acredita que viver na mesma casa que seu/sua companheiro(a) (seja casada ou em união estável) aumentou em algum grau suas tarefas domésticas?

Insira sua resposta

11. Você considera a maternidade

Uma escolha da mulher e/ou da família

Uma imposição social

12. Na sua casa há uma divisão de tarefas domésticas ou os filhos e companheiro(a) "ajudam" você, que é a responsável pelas tarefas majoritariamente?

Insira sua resposta

13. Após a maternidade suas tarefas domésticas aumentaram?

SIM

NÃO

14. Seu companheiro(a) divide com você as tarefas relacionadas aos filhos? Como educação, alimentação, higiene, lazer, etc?

SIM

NÃO

15. Você acha a divisão de tarefas domésticas satisfatória em sua família?

SIM

NÃO

16. Seu/sua companheiro(a) poderia ser mais assertivo e proativo nas tarefas domésticas e relacionadas aos filhos?

SIM

NÃO

17. A renda advinda do seu trabalho é parte essencial da economia doméstica?

SIM

NÃO

18. Seu/sua companheiro(a) contribui com a renda familiar de forma equiparada a sua?

SIM

NÃO

19. Alguém já disse ou deu a entender que sua renda não seria essencial à renda familiar, mas seria apenas uma contribuição de menor importância? Se sim, contextualize o ocorrido.

Insira sua resposta

20. Ao se tornar mãe algum familiar/amigo ou até seu/sua companheiro(a) questionou se você continuaria trabalhando?

SIM

NÃO

21. Ser mãe mudou sua relação com o trabalho? Justifique.

Insira sua resposta

22. Você acredita que cuidar de sua casa seja um trabalho não remunerado ou um ato de amor? Disserte.

Insira sua resposta

23. Você acredita que sua carreira deixou de evoluir ou diminuiu o ritmo a partir da maternidade?

SIM

NÃO

24. De alguma forma você se sente insatisfeita com o novo ritmo de sua carreira?

SIM

NÃO

25. Você acredita que será fácil retomar seu ritmo de produção acadêmica?

SIM

NÃO

26. Algum colega de trabalho homem já insinuou ou expressou claramente que a maternidade seria um empecilho ao desenvolvimento de seu trabalho?

SIM

NÃO

27. Você já se sentiu “deixada de lado”, isolada, em alguma atividade profissional após a maternidade?

SIM

NÃO

28. Você já precisou levar seu(s) filho(s) para a escola com você?

SIM

NÃO

29. Se respondeu SIM à questão anterior, sentiu-se acolhida por todos e todas?

SIM

NÃO

30. Nesse(s) dia(s) suas aulas ocorreram de forma totalmente dentro da normalidade?

SIM

NÃO

31. Sua condição de professora-mãe alterou sua relação de trabalho com algum colega?

SIM

NÃO

32. Você acredita já ter sido questionada, explícita ou veladamente, em sua competência?

SIM

NÃO

33. Algum questionamento relacionado a sua competência você atribui ao fato de ser mulher?

SIM

NÃO

34. Você já teve que se posicionar verbalmente diante de algum questionamento sobre sua competência?

SIM

NÃO

35. Em seu ambiente de trabalho, há quem acredite que os homens seriam melhores profissionais que as mulheres?

SIM

NÃO

36. Esse mito (homens mais competentes) já foi explicitado por estudantes da instituição?

SIM

NÃO

37. Você considera seu ambiente de trabalho desigual entre gêneros?

SIM

NÃO

38. Há homens machistas em suas falas e/ou atitudes em seu ambiente de trabalho?

SIM

NÃO

39. Você já discutiu, brigou com algum desses homens?

SIM

NÃO

40. Você já precisou defender alguma colega ou foi defendida por uma colega diante de uma discussão que implícita ou explicitamente tinha cunho machista dentro da instituição?

SIM

NÃO

41. Ser professora e mãe é mais difícil que ser professora apenas? Justifique.

Insira sua resposta

42. Você sente falta da mulher que era quando solteira ou antes da maternidade? Explique.

Insira sua resposta

43. Você acredita que há justiça social para as mulheres hoje em dia? Disserte.

Insira sua resposta

44. Se no decorrer do questionário você se lembrou de algum acontecimento ou sentiu o desejo de expor algo relacionado à temática, utilize esse espaço.

Insira sua resposta

45. "O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado." Silvia Federici

O que você sente quando lê esta frase?

Insira sua resposta

## APÊNDICE D: Resumo das Respostas

27/09/2021 11:35 Microsoft Forms

Forms(<https://www.office.com/launch/forms?auth=1>) Torne-se premium? 

### Questionário: Professoras-mães

<b>4</b> Respostas	<b>14:27</b> Tempo médio para concluir	<b>Ativo</b> Status
-----------------------	---	------------------------

  

1. Qual a sua idade?

<b>4</b> Respostas	Respostas Mais Recentes
	"39"
	"35"
	"27"

  

2. Quantas horas semanais você exerce a docência?

<b>4</b> Respostas	Respostas Mais Recentes
	"40"
	"20"
	"40"

  

3. Em qual ou quais o(s) turno(s) você exerce a docência?

<b>4</b> Respostas	Respostas Mais Recentes
	<i>"diurno"</i>
	<i>"manhã, tarde e noite"</i>
	<i>"vespetino e noturno"</i>

  

4. Há quanto tempo é professora nessa instituição?

<b>4</b> Respostas	Respostas Mais Recentes
	<i>"7 anos"</i>
	<i>"8 anos"</i>
	<i>"8 meses"</i>

<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?lang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSIkWd...> 1/11



5. Qual idade você tinha ao se tornar mãe?

4

Respostas

Respostas Mais Recentes

"34"

"33"

"26"

6. Quantos filhos você tem?

4

Respostas

Respostas Mais Recentes

"2"

"1"

"1"

7. Qual a idade de seu(s) filho(s)?

4

Respostas

Respostas Mais Recentes

"19 e 16"

"2"

"1 ano e 7 meses"

8. Qual a profissão de seu/sua companheiro(a)?

4

Respostas

Respostas Mais Recentes

"Professor Universitário"

"Professor"

"motorista"

9. Tornar-se mãe foi uma escolha?



3

1



<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?lang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSIkWd...> 2/11

10. Você acredita que viver na mesma casa que seu/sua companheiro(a) (seja casada ou em união estável) aumentou em algum grau suas tarefas domésticas?

4

Respostas

Respostas Mais Recentes

"Sim, quando morava sozinha tinha uma casa menor e a demanda de..."

"sim"

"sim"

11. Você considera a maternidade



4

0



12. Na sua casa há uma divisão de tarefas domésticas ou os filhos e companheiro(a) "ajudam" você, que é a responsável pelas tarefas majoritariamente?

4

Respostas

Respostas Mais Recentes

"Sim, as filhas são do meu esposo e há 5 anos pedimos a guarda e ela..."

"Há uma divisão"

"Dividimos as tarefas de acordo com a disponibilidade de cada um."

13. Após a maternidade suas tarefas domésticas aumentaram?

● SIM 4  
● NÃO 0



<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?lang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSIKWd...> 3/11

27/09/2021 11:35

Microsoft Forms

14. Seu companheiro(a) divide com você as tarefas relacionadas aos filhos? Como educação, alimentação, higiene, lazer, etc?

● SIM 4  
● NÃO 0



15. Você acha a divisão de tarefas domésticas satisfatória em sua família?

● SIM 3  
● NÃO 1



16. Seu/sua companheiro(a) poderia ser mais assertivo e proativo nas tarefas domésticas e relacionadas aos filhos?

● SIM 3  
● NÃO 1



17. A renda advinda do seu trabalho é parte essencial da economia doméstica?

● SIM 3  
● NÃO 1



<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?lang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSIKWd...> 4/11

27/09/2021 11:35

Microsoft Forms

18. Seu/sua companheiro(a) contribui com a renda familiar de forma equiparada a sua?

● SIM 3  
● NÃO 1



19. Alguém já disse ou deu a entender que sua renda não seria essencial à renda familiar, mas seria apenas uma contribuição de menor importância? Se sim, contextualize o ocorrido.

4  
Respostas

Respostas Mais Recentes  
"Uma vez meu esposo me disse que ele era o responsável por pagar o ..."  
"Não"  
"Não"

20. Ao se tornar mãe algum familiar/amigo ou até seu/sua companheiro(a) questionou se você continuaria trabalhando?

● SIM 1  
● NÃO 3



21. Ser mãe mudou sua relação com o trabalho? Justifique.

4  
Respostas

Respostas Mais Recentes  
"Não diretamente, mas muitas vezes pensamos duas vezes quando te..."  
"Sim. Agora tenho mais responsabilidades e outras prioridades"  
"Sim, o tempo que tinha disponível antes para me dedicar mais ao tra..."

22. Você acredita que cuidar de sua casa seja um trabalho não remunerado ou um ato de amor? Disserte.

4  
Respostas

Respostas Mais Recentes  
"Depende, quando a tarefa sobrecarrega a mulher, e a família não rec..."  
"As duas coisas. Tem coisa que faço porque gosto e outra porque são ..."  
"Se tenho uma casa faz parte cuidar dela, para manter a higiene e um..."

<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?lang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSiKWd...> 5/11

27/09/2021 11:35

Microsoft Forms

23. Você acredita que sua carreira deixou de evoluir ou diminuiu o ritmo a partir da maternidade?

● SIM 4  
● NÃO 0



24. De alguma forma você se sente insatisfeita com o novo ritmo de sua carreira?

● SIM 2  
● NÃO 2



6 / 11

25. Você acredita que será fácil retomar seu ritmo de produção acadêmica?

● SIM 1  
● NÃO 3



26. Algum colega de trabalho homem já insinuou ou expressou claramente que a maternidade seria um empecilho ao desenvolvimento de seu trabalho?

● SIM 1  
● NÃO 3



<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?lang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSiKWd...> 6/11

27/09/2021 11:35

Microsoft Forms

27. Você já se sentiu "deixada de lado", isolada, em alguma atividade profissional após a maternidade?

● SIM 0  
● NÃO 4



28. Você já precisou levar seu(s) filho(s) para a escola com você?

● SIM 2  
● NÃO 2



29. Se respondeu SIM à questão anterior, sentiu-se acolhida por todos e todas?

● SIM 3  
● NÃO 1



30. Nesse(s) dia(s) suas aulas ocorreram de forma totalmente dentro da normalidade?

● SIM 4  
● NÃO 0



<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?lang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSkWd...> 7/11

27/09/2021 11:35

Microsoft Forms

31. Sua condição de professora-mãe alterou sua relação de trabalho com algum colega?

● SIM 2  
● NÃO 2



32. Você acredita já ter sido questionada, explícita ou veladamente, em sua competência?

● SIM 1  
● NÃO 3



33. Algum questionamento relacionado a sua competência você atribui ao fato de ser mulher?

● SIM 2  
● NÃO 2



34. Você já teve que se posicionar verbalmente diante de algum questionamento sobre sua competência?

● SIM 1  
● NÃO 3



<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?lang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSkWd...> 8/11

27/09/2021 11:35

Microsoft Forms

35. Em seu ambiente de trabalho, há quem acredite que os homens seriam melhores profissionais que as mulheres?

● SIM 2  
● NÃO 2



36. Esse mito (homens mais competentes) já foi explicitado por estudantes da instituição?

● SIM 3  
● NÃO 1



37. Você considera seu ambiente de trabalho desigual entre gêneros?

● SIM 0  
● NÃO 4



38. Há homens machistas em suas falas e/ou atitudes em seu ambiente de trabalho?

● SIM 2  
● NÃO 2



<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?ang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSkWd...> 9/11

27/09/2021 11:35

Microsoft Forms

39. Você já discutiu, brigou com algum desses homens?

● SIM 2  
● NÃO 2



40. Você já precisou defender alguma colega ou foi defendida por uma colega diante de uma discussão que implícita ou explicitamente tinha cunho machista dentro da instituição?

● SIM 2  
● NÃO 2



41. Ser professora e mãe é mais difícil que ser professora apenas? Justifique.

4  
Respostas

Respostas Mais Recentes

"Sim, primeiro que as prioridades mudam, segundo o ato de educar o f...  
"Muito mais difícil, tenho muito menos tempo para preparar aulas ou ...  
"Sim"

42. Você sente falta da mulher que era quando solteira ou antes da maternidade? Explique.

4  
Respostas

Respostas Mais Recentes

"Não, a fase que vivo sou mais madura, mais consciente de vários asp...  
"Sim. Era mais livre."  
"Em alguns aspectos sim, como por exemplo na minha liberdade, fazer..."

43. Você acredita que há justiça social para as mulheres hoje em dia? Disserte.

4  
Respostas

Respostas Mais Recentes

"Em alguns aspectos sim, mas nossa sociedade é machista e isso é co...  
"Melhorou. Mas ainda estamos muito aquém da justiça."  
",,"

<https://forms.office.com/Pages/DesignPage.aspx?ang=pt-BR&origin=OfficeDotCom&route=Start&fromAR=1#Analysis=true&FormId=DQSkWd...> 10/11

27/09/2021 11:35

Microsoft Forms

44. Se no decorrer do questionário você se lembrou de algum acontecimento ou sentimento que deseja de expor algo relacionado à temática, utilize esse espaço.

4  
Respostas

Respostas Mais Recentes

"são várias situações, sou da area de exatas, quando vou a um congre...  
"Não"  
",,"

45. "O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado." Silvia Federici  
O que você sente quando lê esta frase?

4  
Respostas

Respostas Mais Recentes

"Tem os dois lados da moeda, em um contexto em que a mulher é sob...  
"Sinto que o amor se tornou uma obrigação."  
"Trabalho não remunerado para um objetivo, que exige esforço, dedic...